

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia

Albertina Eleane Nort

**Rótulos de Argumentos: conceito e análise do ‘argumento das
falácias informais’**

Brasília

2014

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia

Albertina Eleane Nort

**Rótulos de Argumentos: conceito e análise do ‘argumento das
falácias informais’**

Monografia apresentada à Banca Examinadora
do Departamento de Filosofia, como exigência
parcial para obtenção do título de **Licenciatura
em Filosofia**.

Orientador: Samir Bezerra Gorsky

Brasília

2014

**Rótulos de Argumentos: conceito e análise do ‘argumento das falácias
informais’**

Albertina Eleane Nort

BANCA EXAMINADORA

.....
Samir Bezerra Gosrky

Orientador

.....
Alexandre Costa-Leite

Examinador

Quando eu quis ser artista ele fez um cavalete para que eu pudesse pintar, quando eu quis seguir para a música ele construiu um estúdio com as suas próprias mãos para que eu pudesse compor, quando eu disse que iria para a academia ele me disse: construa as suas ideias. Ao meu querido pai-avô Paulo Nort – *in memoriam*.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador prof. Samir Bezerra Gorsky por ter aceitado fazer parte deste trabalho e pela sua paciência e dedicação em todo o processo. Agradeço em especial ao prof. Nelson Gomes pelo incentivo e pela disponibilidade de sempre. Agradeço aos demais professores que de forma indireta contribuíram para a realização deste trabalho como o prof. Felipe Amaral e o prof. Cabrera com suas aulas inspiradoras. Cabe aqui um agradecimento aos bons conselhos do prof. Alexandre Costa-Leite na ocasião da defesa desta monografia. Eu queria poder agradecer à BCE por disponibilizar um espaço restrito para a realização de pesquisas mais aprofundadas como uma monografia, mas não foi o caso.

Agradeço também a minha pequena flor Clara Lis pela paciência e compreensão que ela teve nos momentos mais dramáticos da produção deste trabalho. À minha mãe Luzia pelo apoio e aos amigos que sempre torceram pela finalização dessa graduação: Thiago Resende, Elizama Neves e Elisa Domingues e aos amigos do GEF – Grupo de Estudos de Filosofia: Fabiano, Marcelo, Julian e Bruno. Agradeço à mim mesma pelo meu esforço e persistência durante a graduação, me agradeço por ter ultrapassado todas as dificuldades sem perder a alegria e a obstinação que me é peculiar.

“A filosofia está em todo lugar. O que se ouve na rua é tão digno de ser investigado quanto o que se encontra num livro de filosofia. O teor filosófico de p é definido unicamente por p , não por quem diz p ou pelo título do livro que aparece p [...] o bom etnógrafo é aquele que não apenas anota as regras explicitamente enunciadas, mas também as regras seguidas em silêncio” (Murilo Seabra, 2010)

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um conceito novo denominado rótulos de argumentos. Para o melhor compreensão do termo analisamos um argumento considerado rotulado, qual seja, o ‘argumento das falácias informais’. Entende-se pelo termo ‘argumento das falácias informais’: falácias informais são argumentos que tem por intenção enganar o interlocutor. A partir da análise desse argumento identificamos quais as principais características dos argumentos rotulados e quais são os melhores caminhos para reconhecê-los. As falácias informais não são centrais no trabalho, sendo usadas apenas como estudo de caso para o melhor entendimento do que sejam os argumentos rotulados. A partir do estudo de caso foi possível identificar quais as características mais marcantes dos rótulos de argumentos. Analisamos o ‘argumento das falácias informais’ à luz da teoria da verdade por correspondência. Para isso usamos de maneira tangencial um esquema que denominamos T1, que é uma adaptação da correspondência para argumentos, uma vez que a teoria original trata de proposições. Investigamos por meio desse método as dissonâncias entre uma descrição semântica de um argumento em comparação ao argumento como uso na realidade dos fatos. Apresentamos duas principais vertentes que demonstram que o ‘argumentos das falácias’ é um argumento rotulado: i) o contexto de uso e ii) a utilização de estruturas analíticas para exemplificar falácias informais. i) O contexto de uso em que um argumento se apresenta pode modificar o seu sentido e consequentemente invalida qualquer valor fixo de verdade; ii) Algumas falácias informais são representados por meio de estruturas lógico-formais imprimindo assim uma ‘verdade’ artificial nos argumentos informais, esse fenômeno colabora para o surgimento dos rótulos. Utilizamos fortemente a teoria da correspondência de Tarski como antimétodo e o deflacionismo de Horwich como inspiração para outro parâmetro de verdade, qual seja, a de que ‘verdade’ pode ter o sentido de ‘aceitação’. A partir do estudo de caso do ‘argumento das falácias informais’ considera-se possível que outros argumentos em diversos discursos possam ser reconhecidos como argumentos rotulados. Endossamos ainda que argumentos rotulados persistem a medida que não os reconhecemos ou não temos consciência deles e de suas consequências. Este trabalho sugere que o conhecimento holístico e não dogmático teria influência em menos ocorrências desse tipo de argumento.

Palavras-chaves: Argumentos rotulados, rótulos de argumentos, falácias informais, ‘Esquema T’, ‘Esquema T1’.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1	8
Contextualização Histórica e Conceitual sobre argumentos e termos relacionados	8
Capítulo 2	25
Método da verdade por correspondência	25
Capítulo 3	39
Os Rótulos de Argumentos e as Falácias Informais	39
Considerações Finais	53
Bibliografia	58

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho sobre rótulos de argumentos. A inspiração desse trabalho veio de observações que fiz ao longo do curso, não apenas nas aulas, mas também nos corredores da universidade, nos grupos de estudos de filosofia, nas dicotomias políticas, nas propagandas comerciais, nas diversas manifestações de opiniões e na observação de uma sociedade ainda tradicional e rígida. Não é um trabalho puramente exegetico, embora haja um esforço estético quanto à forma. A exigência de um trabalho filosófico extenso, como uma monografia, é também uma oportunidade de abordarmos um assunto mais profundamente. Pensamos que fazer um trabalho apenas com comentários sobre determinado filósofo ou assunto não acrescentaria muito ao que já existe. Embora a proposta seja fazer um trabalho original, não conseguimos nos desvencilhar completamente da exegese, visto que existe um atmosfera que nos levou a fazer dois capítulos de comentários. Os capítulos 1 e 2, são revisões e não contém nenhuma novidade. No entanto, se o leitor for atento perceberá que o formato do trabalho é em si, uma crítica. A exegese presente sobretudo no capítulo 1, deixa claro o quanto é tedioso nos deparar com revisões de literatura, com digressões sistemáticas e distinções, muitas distinções! Gostaríamos de ter liberdade para fazer um trabalho que tivesse mais conteúdo do que forma. Mas fazer um trabalho assim, pode parecer atitude anarquista e descomprometida, por isso resolvemos seguir a banda e de uma forma quase subjetiva, deixar nossa mensagem. Uma outra crítica que pode ser notada (como pano de fundo) é quanto ao uso do pronome em primeira pessoa do plural ‘nós’ (quem somos nós?), podemos ler o trabalho identificando esse pronome como uma espécie de ironia, pois, se o trabalho é original e individual ele foi feito por uma só pessoa, qual seja, eu mesma. Como toda transgressão de regras (e isso é outra regra), sei que estamos sujeitos a críticas, vão dizer como já disseram, que na filosofia não é lugar de criação, nem de utilidade. O termo ‘prática filosófica’ atualmente está ligado mais a uma habilidade de interpretação do que à sensibilidade ou intuição de criação. Um trabalho como este que será apresentado sob o título de ‘rótulos de argumentos’ é uma novidade que pode trazer algum desconforto, uma vez que não foram encontradas referências a respeito do que seja um rótulo de argumento no sentido que apresentaremos. Não há nenhuma aspiração especial em fazer esse trabalho, muito pelo contrário, estamos conscientes do risco. Não há pretensões, há apenas um trabalho consciente e criativo e o risco iminente de que alguém lá do fundo grite: “tragam os grilhões!”

No capítulo 1 iremos partir da noção geral de argumentos e das divisões dos tipos de argumentos, naturalmente descrito por Aristóteles. Veremos que, segundo Aristóteles, existem quatro tipos de argumentos: os demonstrativos, os dialéticos, os erísticos e os paralogismos. Aristóteles descreve as características de cada um e nos indica quando devemos usar ou não cada tipo de argumento. Em seguida Aristóteles e Cícero são comparados quanto ao uso de argumentos sofisticados nos discursos. Aristóteles preza a moral e o bom discurso sem uso de artifícios duvidosos, já Cícero não vê problema algum em usar falácias em prol de uma boa retórica. Falamos um pouco das diferenças entre retórica e dialética e seus respectivos objetivos, persuadir e convencer. O objetivo do capítulo 1 é o de abordar historicamente como surgiram as primeiras definições de argumentos e trazer algumas dicotomias com o intuito de despertar a percepção do leitor quanto à rigidez dos termos em oposição. Também pretendemos oferecer um panorama histórico e conceitual dos argumentos. As dicotomias são interessantes do ponto de vista de escolha, parece que sempre temos que escolher e nos posicionar entre opostos. Quando dizemos por exemplo, que um termo 'x' é superior ao termo 'y', estamos argumentando sobre os vários aspectos positivos em favor do termo 'x' e estamos oferecendo com isso bons motivos para preferir 'x' à 'y'. Quando escolhemos 'x' concluimos por meio dos aspectos positivos (premissas) que 'x' é melhor do que 'y'. Aceitamos portanto, todas as razões que nos fazem acreditar por que 'x' é melhor. Na mesma perspectiva, se nos for perguntado porque preferimos 'x' à 'y', recorreremos aos aspectos positivos que nos foram previamente apresentados, ou seja recorreremos às premissas. O que está em questão aqui é que nem sempre conhecemos todas as premissas que nos levam a concluir que 'x' é melhor do que 'y'. Quando estamos inconscientes de determinada premissa, por vezes apresentadas sob a forma de entinemas, somos tendenciados a acreditar naquilo que nos é apresentado, ignorando, naturalmente as premissas ocultas. Os entinemas quando em função de sua própria definição não são prejudiciais à linguagem, uma vez que sua função é de poupar premissas que não dificultam e nem deturpam a compreensão do que foi dito. Em contrapartida, os falsos entinemas, usados com a intenção de ocultar determinada premissa para favorecer o argumento, são altamente prejudiciais, no sentido de levar muitos seguidores a acreditar em determinado argumento 'sólido' sem levar em consideração o que está oculto.

Mais adiante, ainda no capítulo 1, faremos a importante distinção entre persuasão e convicção. Essa distinção é importante, pois usaremos no capítulo 3 para fundamentar a negatividade de um rótulo de argumento. Esse argumento se instala de forma persuasiva. Prevalece de forma positiva o rótulo de argumento consentido pelo auto convencimento. No

capítulo 1 haverá várias referências sobre a distinção de persuasão e convicção. Ainda faremos a distinção de termos como sofisma, falácia, paralogismo. E logo depois algumas diferenças entre lógica formal e lógica informal. É preciso deixar claro nesse nosso contexto de rótulos de argumentos, as diferenças entre o que seja a lógica formal e a lógica informal, pois as falácias informais usam as estruturas formais para exemplificar argumentos ditos falaciosos. Isso não deixa de ser uma maneira de manipular exemplos de falácias informais, disso falaremos mais profundamente no capítulo 3. A Lógica Formal está no campo da linguagem, não se pode aplicar no mundo regras formais sob pena de distorcer a realidade em prol de regras rígidas e aplicáveis somente às estruturas formais. É relevante dizer, que as estruturas formais estão à serviço de áreas como a informática, mas elas continuam sendo estruturas que não interferem numa situação de contexto conversacional, dos argumentos de fato que iremos tratar. Quando usamos ‘mundo’, ‘fatos’, ‘factual’, nos referimos às relações entre pessoas, às conversações, ao entendimento, não nos referimos aos objetos isolados, estamos lidando com situações mutáveis, com experiências humanas. A distinção de Lógica Formal e Informal se faz necessária principalmente para o melhor entendimento do argumento do apelo analítico, apresentado no capítulo 3. Por fim, no capítulo 1 apresentamos uma noção básica do termo ‘pragmática’, uma vez que falaremos muito de linguagem e verdade enquanto uso, essa noção será importante pois abordaremos no capítulo 3, termos relacionados com a pragmática como implicatura e contexto.

No capítulo 2 faremos uma análise do método da verdade por correspondência de Tarski e de Horwich. Escolhemos os dois autores por, de certa forma, estarem em um mínimo de oposição quanto ao que entendem por ‘verdade’. Tarski tem uma teoria semântica da verdade e Horwich tendências ao deflacionismo. A teoria da verdade por correspondência é interessante em nosso contexto de rótulos de argumentos, pois ela nos oferece, a princípio, duas partes de uma frase em que uma é a correspondência da outra na realidade. Sabemos que o ‘esquema T’ de Tarski trata de proposições e não de argumentos. Contudo, apresentaremos uma versão do ‘esquema T’ o qual chamaremos de T1. Esse será um esquema de correspondência para argumentos. Dessa forma, conseguimos testar argumentos em forma descritiva que correspondam exatamente ao fato na realidade dos objetos. Vamos observar a partir desse método, que não é possível que argumentos em forma descritiva correspondam exatamente aos fatos de forma geral. Os rótulos de argumentos se instalam exatamente quando essa correspondência se passa como verdadeira. Iremos nos aprofundar nessas questões no capítulo 2. Trata-se de uma investigação semântico-pragmática. Qual a descrição de determinado argumento? A partir dessa descrição há uma correspondência com a realidade? Em que

momento a descrição se desvincula do fato? Quais os artifícios intencionais ou não que fazem com que a descrição de determinado argumento se adeque perfeitamente ao fato? Esse processo é natural? São questões que abordaremos a partir da investigação da teoria desses dois autores: Tarski com uma teoria semântica e Horwich com uma teoria mais leve e adaptável da verdade por correspondência: o deflacionismo. Será possível investigar a partir dessas teorias, como base para um esquema T1, como se instalam os rótulos de argumentos, como um argumento pode ser moldado se apoiado numa palavra tão forte como ‘verdade’.

O presente trabalho tem como maior objetivo abordar um fenômeno identificado em nossa linguagem que denominamos: rótulos de argumentos. A ideia surgiu de forma natural. Primeiramente pensamos em fazer um trabalho no campo da metalinguagem, da metafilosofia, falar sobre a linguagem, falar sobre a filosofia, falar sobre argumentos. A primeira coisa que temos que esclarecer é: o que é um rótulo de argumento ou o que é um argumento rotulado. Um argumento rotulado é um argumento que: i) se apresenta de forma rígida, ii) pode possuir premissas ocultas como falsos entinemas e iii) apresenta uma conclusão aparentemente incontestável.

- i) O que significa um argumento se apresentar de forma rígida? Para explicarmos isso recorreremos a explicação de Kripke sobre os designadores rígidos, faremos uma espécie de comparativo para explicarmos esse novo conceito, qual seja: os rótulos de argumentos. Um designador rígido para Kripke, é um nome próprio que se refere ao mesmo objeto em todos os mundos possíveis¹. Kripke criticou a teoria descritivista dos nomes próprios de Frege e Russell à luz da ideia dos mundos possíveis. Segundo ele, uma descrição definida não é rígida, ela pode mudar de referente de acordo com o mundo possível em que ela se encontra. Podemos fazer essa analogia com um argumento rotulado. Um argumento rotulado é nessa perspectiva um argumento rígido, ou seja, um argumento que é interpretado similarmente em todos os contextos possíveis, ou que ao menos tem essa pretensão. Tratamos o ‘argumento’ não como um argumento semântico, mas um argumento pragmático, um argumento qualquer na realidade factual, num mundo atual em que as possibilidades estão relacionadas ao tempo, aos diferentes contextos em que um argumento é proferido ou notado. A descrição

¹ Ver **COSTA-LEITE, A.** Designação rígida, teoria causal e verdades necessárias a posteriori- contribuições de Kripke. Fragmentos de Cultura (Goiânia), v. 10, p. 1155-1166, 2000.

de um argumento não pode ser rígida, pois basta apresentarmos um contexto para que a descrição se adeque às diferentes possibilidades de acontecimentos, do contexto. Um argumento rotulado é tomado negativamente. Os rótulos em argumentos não podem ser confundido com as **definições** de determinados termos, pois uma definição é uma expressão que indica a natureza ou o significado de uma palavra. No entanto, uma definição pode ser usada como argumento. A diferença está na intencionalidade. Abordaremos as características de um argumento rotulado de forma mais completa no capítulo 3, o qual apresentaremos esse novo conceito

- ii) O que significa um argumento rotulado possuir premissas ocultas como falsos entinemas? Primeiro definiremos o que é um entinema. Um entinema é uma premissa oculta, ela está oculta porque é irrelevante no argumento, é repetitiva e óbvia, não tem nenhuma importância e nenhuma função no argumento. Em contrapartida, um falso entinema é uma premissa que não é tão óbvia no argumento e está escondida à serviço de alguma intenção oculta, um falso entinema é uma premissa que faz diferença no argumento. Quando há um argumento nesse sentido e quando as premissas - escondidas com o recurso dos entinemas são aceitas inconscientemente muitas coisas importantes são ignoradas pois essas premissas podem estar ocultando informações importantes no argumento.
- iii) O que significa dizer que um argumento rotulado possui uma conclusão aparentemente incontestável? Os argumentos rotulados como vimos, são argumentos rígidos. São argumentos naturalmente fortes no sentido informal, ou seja, quando há aceitabilidade irrestrita. A conclusão aparentemente incontestável se dá a partir de premissas fortes, ou seja de premissas com alto grau de confiabilidade, no entanto sabemos que premissas importantes estão ocultas. Um argumento rotulado pode ser comparável a uma lei instalada num sentido psicológico. Quando um argumento se instala em determinada área este pode se transformar em uma lei no sentido de ser obedecida automaticamente, sem o cuidado de saber se há falsos entinemas no argumento. Existem regras que são estabelecidas de forma psicológica e quanto mais pessoas aderem, mais difícil se torna revê-la e adequá-la a um novo contexto, à uma realidade já instalada ou à determinada necessidade humana. Determinado argumento

rotulado é proferido afim de que outras pessoas aceitem de forma ‘automática’ suas premissas, visando apenas ter aceitação da conclusão. Alguns artifícios podem ser usados para que o argumento pareça incontestável, como revesti-lo com o apelo analítico, ou seja apresentar um argumento travestido com uma estrutura lógica.

O trabalho gira em torno do conceito de rótulos de argumentos. Para explicitarmos de forma prática como funcionam os rótulos, iremos aplicar o conceito sobre as falácias informais. As falácias informais são meros exemplares de como podem se comportar os rótulos de argumentos. Iremos explicar como o ‘argumento das falácias informais’ pode ser considerado um argumento rotulado. Entende-se por ‘argumento das falácias informais’ o argumento geral de todas as falácias informais, qual seja: uma falácia informal é um argumento que uma pessoa usa com intenções de enganar o outro. Essa é a definição de falácia. Essa definição é usada como argumento. Que argumento? De que existem modelos de argumentos que quando utilizados com a intenção de enganar são considerados falácias informais. Poderia ser questionado se isso que apresentamos como o ‘argumento das falácia informais’ é mesmo um argumento. Sim. É um argumento pois é um raciocínio pela qual se tira uma consequência ou dedução. A partir de argumentos suplementares que apresentaremos no capítulo 3, iremos demonstrar que o ‘argumento das falácias’ é um argumento rotulado. Isso será feito via definição (usada como argumento) do que são as falácias informais, qual seja: falácias informais são argumentos utilizados com a intenção de enganar. Iremos apresentar dois argumentos que provam que o ‘argumento das falácias’ é um argumento rotulado. Chamamos ‘argumento das falácias’ a própria definição de falácia, usada como argumento. Os argumentos que iremos apresentar são respectivamente: o argumento do contexto e o argumento do apelo analítico, tratados com maiores detalhes no capítulo 3.

No capítulo 3 usamos as falácias informais como estudo de caso no intuito de identificarmos um rótulo de argumento. Deixamos claro que as falácias informais são usadas como estudo de caso na perspectiva de identificação de um rótulos de argumentos. Primeiro analisaremos o ‘argumento do contexto’ onde analisamos um argumento rotulado sob o aspecto do contexto. Analisaremos também alguns apontamentos do termo ‘exemplo’: o que é? Sob que formas se apresenta? A ilustração em contraposição ao exemplo, as analogias e outros aspectos daquilo que usamos para estabelecer um conceito, confirmar uma regra ou demonstrar

uma verdade. Por fim, apresentaremos o argumento do apelo analítico que é quando um argumento é convertido em uma estrutura lógica correspondente, demonstraremos como um argumento é rotulado nessa perspectiva. Para melhor direcionar a leitura, abaixo está à disposição os objetivos e os principais pontos abordados no trabalho.

Objetivo Geral:

- Apresentar o conceito e definição dos rótulos de argumentos

Objetivos Específicos:

- Pesquisa histórica e conceitual sobre argumentação e termos relacionados para o entendimento do que são os rótulos de argumentos.
- Pesquisa sobre a teoria verdade por correspondência em Tarski e a possibilidade de utilizar o termo ‘verdade’ num sentido mais fraco, como ‘aceitação’.
- Apresentar o conceito de argumentos rotulados a partir da análise do argumentos das falácias informais.
- Apresentar três argumentos suficientes para o autoconvencimento de que o ‘argumento das falácias’ é ele próprio falacioso, sendo considerado um argumento rotulado.

CAPÍTULO 1. Contextualização Histórica e Conceitual sobre argumentos e termos relacionados

Quando nos propomos a fazer um trabalho cujo tema são ‘rótulos de argumentos’ nos deparamos com uma série de dificuldades: 1. De que argumentos falamos ou analisamos? 2. Se, como Aristóteles, estabeleceremos um ambiente específico para a argumentação? 3. Se, os argumentos presentes por todas as partes (tais como argumentos cotidianos, argumentos presentes em filmes ou livros, argumentos midiáticos etc.) devem ser condensados e analisados? 4. Se são analisáveis, quais serão os parâmetros ou regras que usaremos? 5. Se, falamos de argumentação, a nossa própria é adequada? Os tratados de argumentação de Aristóteles, Cícero e os oradores daquela época tentaram condensar o que chamavam de retórica, apontando uma gama de características próprias. Aristóteles se preocupou com a divisão dos lugares que a retórica e a dialética deveriam ocupar. Os gêneros deliberativo, judiciário e epidictico, são exemplares de discursos específicos em que, alguém que detém maior conhecimento usa a linguagem para convencer ou persuadir.

Mas o que é o argumento? Desde os tempos mais remotos procurou-se uma explicação para o início das coisas da natureza. Dessa explicação ou de uma pergunta sobre quaisquer tema é esperada uma resposta. Tales de Mileto, considerado o primeiro filósofo pela Tradição Clássica, afirmou que o princípio de tudo se dava a partir do elemento água. A partir daí surgiram questionamentos como: o que é o calor? o que é o frio? De onde vem o movimento da água? (ABRÃO 2004) Esses questionamentos geraram respostas, estas são sustentadas por argumentos.

Apresentaremos de forma resumida as concepções gregas e romanas dos gêneros argumentativos antigos, representados por Aristóteles e Cícero respectivamente. Iremos dar atenção especialmente às distinções entre os termos: *retórica* em contraposição à *dialética* e *persuasão* em contraposição à *convicção*. As distinções apresentadas não são precisas e

definitivas, mas servirão para demonstrar a instabilidade dos significados que, inseridos num campo como a filosofia, nos faz refletir sobre a instabilidade da linguagem como um todo. O propósito é fornecer algumas definições de termos que ao longo da história da filosofia sofreram alguma mudança de significado. Primeiro, retornaremos aos tempos aristotélicos onde as observações sobre a argumentação começaram. É importante retomar os termos aristotélicos para conhecer as origens que resultaram em inúmeras teorias filosóficas e linguísticas sobre os vários aspectos dos argumentos, em especial a ‘teoria das falácias’ que trataremos de forma tangencial neste trabalho. Ainda no âmbito das definições, trataremos de alguns termos relacionados aos argumentos falaciosos como os termos ‘falácia’, ‘sofisma’ e ‘paralogismo’. Ainda, serão apresentados alguns conceitos relativos à Lógica Clássica e que estão de forma confusa na literatura introdutória de Lógica, vinculados à Lógica Informal, tais como: ‘validade’, ‘invalidade’, ‘verdade’, ‘falsidade’ e outros termos usuais aplicados aos argumentos em suas diversas apresentações. Ao fim, será introduzida uma discussão sobre o termo ‘pragmática’ seus usos e definições diversas, com intuito de clarificar o entendimento do leitor sobre abordagem posterior.

Todas as definições apresentadas se fazem importantes não no sentido estrito, mas para proporcionar uma reflexão sobre a força que determinados termos tem em detrimento de outros. Veremos que os termos possuem significações distintas, uns abandonados outros substituídos, mas sempre mantendo certa regularidade de antonímia e oposição.

1.1 Aristóteles e Cícero sobre os argumentos

Começaremos então pelas definições de raciocínio. No Livro I dos *Tópicos*, Aristóteles define o que seria o raciocínio e expõe quatro variedades. Primeiramente, Aristóteles estabelece:

Ora, o raciocínio é um argumento, em que estabelecida certas coisas, outras coisas diferentes se deduzem necessariamente das primeiras. (a) O raciocínio é uma demonstração, quando as premissas das quais parte são verdadeiras e primeiras, ou quando o conhecimento que delas temos provém de premissas primeiras e verdadeiras. (b) O raciocínio é “dialético” quando parte de opiniões geralmente aceitas. São “verdadeiras” e “primeiras” aquelas coisas nas quais acreditamos em virtude de nenhuma outra coisa qual não seja elas próprias... (c) O raciocínio é “contencioso” ou “erístico” quando partem de opiniões que parecem se geralmente aceitas, mas não o são realmente, ou, então, se apenas parece raciocinar a partir de opiniões que são ou parecem ser geralmente aceitas... (d) Além de todos os raciocínios que mencionamos existem os paralogismos ou falsos raciocínios que partem de premissas peculiares às

ciências especiais, como acontece, por exemplo, na geometria e em suas ciências irmãs... (ARISTÓTELES, 1978, 1 100a25, 5)

Aristóteles diz que ‘o raciocínio é um argumento’². Dessas quatro definições, (a) está relacionada com a Lógica Formal, pois adere ao *status* de demonstração. Um silogismo em *Bárbara*³, é um exemplo de um raciocínio que pode ser demonstrado e provado logicamente.

A segunda definição (b) se refere aos argumentos que não necessitam de demonstração. Para Aristóteles, o argumento ‘dialético’⁴ é o procedimento racional não demonstrativo, parte de premissas prováveis, geralmente admitidas. Não há necessidade de nenhum postulado clássico para admitir as premissas do raciocínio ‘dialético’, estes são constituídos de premissas “geralmente admitidas” ou pelo menos admitidas por uma grande parte das pessoas.

O argumento (c), qual seja: ‘o raciocínio é “contencioso” ou “erístico” quando parte de opiniões que parecem ser ‘geralmente aceitas’, mas não o são realmente, no entanto, parece haver certa consciência de que há algo errado. O argumento (c) corresponde aos argumentos sofísticos, falaciosos.

Aristóteles diferencia o argumento (d), dos outros tipos, pois este parte de coisas que não são “primeiras” nem “verdadeiras”, aqui, ele faz uma alusão não às ciências já estabelecidas, mas às investigações que não são conhecidas, nem ‘geralmente aceitas’. Aristóteles cita como exemplo de paralogismo uma falsa descrição de um semicírculo e traçados errôneos de certas linhas.

Ainda nos *Tópicos*, Aristóteles nos mostra a utilidade do estudo das formas, estruturas e pormenores dos argumentos. “Estes fins são três: o adestramento do intelecto, as disputas casuais e as ciências filosóficas.” (ARISTÓTELES, 1978, 2 100a25, p. 6). Ao adestramento do intelecto parece claro, pois se obtivermos posse de um método de investigação dos argumentos teremos maior facilidade em argumentar sobre algum tema; no tangente às disputas causais

² Adotaremos posteriormente a noção contemporânea de que ‘raciocínios’ se reduzem à pensamentos, enquanto que ‘argumentos’ são expressos, escritos ou falados, dotado de ação e intenção. (KOCK 2011).

³ Todo ‘B’ é ‘A’. Ora, todo ‘C’ é ‘B’. Logo, todo ‘C’ é ‘A’. O famoso silogismo perfeito de Aristóteles.

⁴ O termo *dialética* é usado em sentidos diferentes ao longo da filosofia. Em Sócrates o termo é tomado como “arte do debate por meio de perguntas e respostas”. Para Aristóteles, a dialética é simplesmente o procedimento racional não demonstrativo, parte de premissas prováveis, geralmente admitidas. Para Kant a dialética é uma “lógica da aparência”, fundada em princípios subjetivos tomados como objetivos. Na filosofia hegeliana, a dialética surge como traço característico do pensamento especulativo (ABAGNANO, 2007). Nesse último sentido também pode ser encontrada sob a denominação de “lógica dialética” ou “lógica materialista”, termo mais frequente na filosofia marxista e afins.

Aristóteles diz “é útil, porque, depois de havermos considerado as opiniões defendidas pela maioria das pessoas, nós as enfrentaremos não nos apoiando em convicções alheias, mas nas delas próprias, e abalando as bases de qualquer argumento que nos pareça mal formulado” (ARISTÓTELES, 1978, 2 100a32, p. 6). Por fim o estudo dos argumentos nos é útil também nas ciências filosóficas, pois esse conhecimento auxilia na identificação de erros nos diversos aspectos em que surgirem.

Aristóteles diz nos *Tópicos* que ‘o raciocínio é um argumento, em que estabelecida certas coisas, outras coisas diferentes se deduzem necessariamente das primeiras’. ‘Estabelecer certas coisas’, quer dizer convencionar algum princípio argumentativo. Na Lógica Clássica, os princípios aos quais todas as proposições válidas devem obedecer, foram previamente determinados para que o sistema fosse consistente⁵. O princípio deve ser aceito por todos aqueles envolvidos na argumentação. As ‘opiniões geralmente aceitas’ não deixam de ser um parâmetro mínimo para que se estabeleça um diálogo argumentativo. O filósofo afirma que para se instalar um estado argumentativo é preciso que estejamos diante de pessoas que admitam nossos argumentos, ou ao menos as bases da argumentação. Para que isso aconteça é importante que estejamos diante de alguém que: i) domine o assunto, ainda que minimamente; ii) esteja disposto a argumentar; e iii) que certos princípios gerais do tema em questão possam ser indiscutíveis. Não conseguiremos criar alguma discussão positiva sobre determinado assunto que não seja do conhecimento do outro.

Aristóteles adota na *Retórica* uma divisão entre os tipos de discurso. Segundo Reboul (2000), Aristóteles viu a necessidade de dividir os discursos por esses três gêneros, pois, se existem espécies de auditórios diferentes e as finalidades são também diversas, para cada um, deve haver uma forma diferente de direção das palavras.

São três os gêneros da retórica, do mesmo modo que são três as categorias de ouvintes dos discursos. Com efeito, um discurso comporta três elementos: a pessoa que fala, o assunto de que se fala a pessoa a quem se fala. O fim do discurso refere-se a esta última, que eu chamo o ouvinte. O ouvinte é necessariamente um espectador ou um juiz. Se exerce a função de juiz, terá de se pronunciar sobre o passado ou sobre o futuro. Aquele que tem de dedicar sobre o futuro é, por exemplo, o membro da assembleia. O que tem de se pronunciar sobre o passado é, por exemplo, o juiz propriamente dito. Aquele que só tem que se pronunciar sobre a faculdade oratória é o expectador. Donde resultam necessariamente três gêneros de recursos oratórios: o gênero deliberativo, o gênero judiciário e o gênero demonstrativo (ou epidíctico). Numa deliberação aconselha-se ou desaconselha-se, quer se delibere sobre uma questão de interesse particular, quer se fale

⁵ Princípio da identidade, terceiro excluído e não contradição, estes remontam à Aristóteles.

perante o povo acerca de questões de interesse público. Uma ação judiciária comporta a acusação e a defesa. O gênero demonstrativo comporta duas partes: o elogio e a censura. (Aristóteles, 1998 cap. III p. 39).

Os três tipos de discursos aristotélicos tem algo em comum: procuram convencer. No gênero deliberativo um conselho sobre finanças, por exemplo, deve ser baseado em um conhecimento maior, como a economia da cidade e o que está acontecendo em outras regiões com relação à isso. Para deliberar é preciso conhecer sobre a matéria que estamos aconselhando. Nesse gênero, o público a que se refere o discurso é a Assembleia. Observamos que a teoria argumentativa de Aristóteles refere-se a um contexto peculiar, qual seja, à Grécia Antiga e aos discursos acalorados.

No gênero judiciário há acusação e defesa. Ambas querem convencer que estão certas. Quem tiver os melhores argumentos ou melhor embasamento em provas, certamente vencerá. Diferente dos outros gêneros, neste há um vencedor em uma controvérsia. O público desse gênero é o tribunal e pretende-se convencer por meio de provas. (RODRÍGUEZ 2005). No gênero demonstrativo ou epidictico o público a quem se dirige o discurso é uma plateia ou espectadores como em um comício político, em que, um orador fala para uma plateia. Este gênero foi explorado especialmente por Cícero (106-43 a.C.).

Desde os Sofistas, a retórica é tomada como arte do engano. Não é difícil encontrar nos tempos de hoje, cursos de retórica (oratória) que ensinam como posicionar o corpo e a entonação vocal, a fim de se ter maior sucesso na argumentação. A expressão corporal e a voz, quando bem treinadas, correspondem à 93% do sucesso de alguma apresentação que envolva a persuasão. Apenas 7% corresponde ao conteúdo do que foi apresentado⁶. A preocupação com a ‘verdade’ dos argumentos apresentados não é levado em conta para o sucesso ou fracasso. O que irá convencer a plateia é a capacidade individual de eloquência. A arte do convencimento e persuasão, como bem diz Aristóteles, pode servir à dois caminhos:

Ora, para certa gente é mais proveitoso parecer que são sábios do que sê-lo realmente sem o parecer (pois a arte sofística é o simulacro da sabedoria sem a realidade, e o sofista é aquele que faz comércio de uma sabedoria aparente, mas irreal): para esses, pois, é evidentemente essencial desempenhar em aparência o papel de um homem sábio em lugar de sê-lo atualmente sem parecê-lo. (ARISTÓTELES, 1978, I 165b18, p. 156).

⁶ Afirmação da palestrante na apresentação do curso de retórica do Sebrae-DF, em outubro de 2013.

Nessa perspectiva, a obra de Cícero sobre a retórica contém traços contrários à filosofia aristotélica. Cícero escreveu vários tratados de retórica que se diferenciava de Aristóteles no aspecto moral da argumentação:

Ao contrário do que propunha Aristóteles, Cícero aprovava e utilizava, quando houvesse necessidade, mentiras capazes de realçar os argumentos favoráveis à causa. Contudo, isso não deveria retratá-lo, por exemplo, como um mentiroso. As mentiras estavam a serviço de um bom discurso, sendo assim, favoráveis à causa ... a linguagem empregada por Cícero nos discursos, em que a eloquência serve à causa e não à verdade universal como propunha Aristóteles, acaba por se tornar a linguagem da oratória em si mesma. Já para o grego, a retórica deveria estar a serviço do verdadeiro e do justo. Conforme seus escritos, a arte de persuadir devia valer-se da honestidade e da justiça, consideradas bons argumentos para conquistar um auditório. Cícero, dessa forma, a modifica. (Oliveira S., 2011, V. 2, p. 175)

Cícero estudou o gênero epidictico não levando em consideração o aspecto moral impresso em Aristóteles. Em Cícero, um discurso proferido aos espectadores podia conter elementos fantasiosos para compor a arte da oratória. Na abordagem aristotélica não era admitida, por exemplo, um orador discursando para uma plateia leiga e menos ainda usando artifícios sofisticados em favor de qualquer elucidação.

1.2 Dialética-Retórica, Convencer-Persuadir

A dialética se contrapõe à retórica. O raciocínio dialético é considerado paralelo ao raciocínio analítico porém, tratando do verossímil e não de proposições necessárias. A retórica, remete à aplicação de técnicas persuasivas perante um auditório. (PERELMAN 2005). A palavra ‘retórica’ perdeu sua conotação filosófica com o passar dos tempos. Hoje, ‘retórica’ é uma espécie de tabu linguístico, pois seu significado está ligado estritamente às artes de persuasão sem comprometimento com a verdade, aludindo aos Sofistas e a Cícero. Do mesmo modo, a palavra dialética sofreu mudanças ao longo da história da filosofia. Hegel tomou a palavra ‘dialética’ com sentido totalmente diferente do aristotélico⁷. As duas acepções ‘retórica’

⁷ A noção de *dialética* empregado por Hegel ocasionou muitas confusões na interpretação de termos estritamente lógico-formais como ‘contradição’, por exemplo. Ainda ocasionou distorções quanto à história e desenvolvimento da Lógica como um todo. Segundo Cabrera no texto ‘A Lógica não serve pra nada?’ “Ao longo de toda a história da filosofia houve numerosos filósofos que tiveram intuições acerca da interação entre formas e conteúdo dentro da constituição da teoria lógica; eles dirigiram críticas à pretensa "máxima generalidade" das estruturas lógicas, tecendo considerações acerca de como os conteúdos poderiam ser formalmente estudados. Hegel, Dewey e Husserl são, por exemplo, três filósofos modernos que construíram teorias lógicas nesse sentido, e foram completamente apagados da história oficial da lógica.” Os filósofos citados foram apagados da história oficial da Lógica formal, por usarem outros sentidos dos termos pertencentes à Lógica Clássica. Hegel usou o termo *contradição* para definir as lutas dos contrários que geram a evolução da sociedade por meio de sucessões deste processo. Hoje muitas pessoas fundamentam teses políticas com o auxílio deste mal entendido e ainda tentam demonstrar que o argumento é puramente lógico. Entretanto, esses filósofos tiveram seus créditos computados nas áreas em que de fato se dedicaram, Hegel com a dialética e Husserl com a fenomenologia. Historicamente esses autores não fazem parte do estudo da Lógica Clássica, são sim alvo de críticas por usarem termos e conceitos que remontam à lógica

e ‘dialética’, possuem significados ambíguos, e geram imensos desconfortos no âmbito da filosofia. Hoje o termo ‘dialética’ parece ter sido substituído pelo termo ‘argumentação’ que continua se opondo ao termo ‘retórica’. O que faz com uma pessoa escolha um ou outro são exatamente as características de cada termo que apresentamos. Essas características costumam ser rígidas e partem da própria definição dos termos. Quando alguém diz que o outro está usando ‘retórica’ para discursar tomamos isso sempre num sentido negativo, num tom persuasivo e até antifilosófico.

Notemos também que há uma distinção entre persuadir e convencer. Esses termos que aparentemente podem ter seus sentidos igualados, na verdade são termos que também estão em oposição. Platão já havia feito a distinção entre persuasão e ensinamento racional. “O pensamento é gerado em nós por via de ensinamento; a opinião, por via da persuasão. O primeiro baseia-se sempre num raciocínio verdadeiro; a outra carece desse fundamento. O primeiro continua firme em face da persuasão; a outra deixa-se modificar.” (ABBAGNANO, 2007, p. 760). Kant expôs claramente este mesmo conceito: “A crença que tem fundamento na natureza particular do sujeito chama-se *persuasão*. É simples aparência porque o fundamento do juízo, que está unicamente no sujeito, é considerado como objetivo. Portanto, esse juízo só tem validade pessoal e a crença não pode ser comunicada” (Kant, cap. II. seq.3). Deste ponto de vista, a pedra de toque que permite distinguir *persuasão* e *convicção* é “a possibilidade de comunicar a crença e reconhecê-la válida para a razão de qualquer homem”, a *convicção* é comunicável, a *persuasão*, não. (ABBAGNANO 2007). Sobre a diferença entre convencer e persuadir, Perelman (2005) nos oferece resposta:

Para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois a *convicção* não passa da primeira fase que leva à ação⁸. Para Rousseau, de nada adianta convencer uma criança “se não se sabe persuadi-la”⁹. Em contrapartida, para quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir [...] com muita frequência a *persuasão* será considerada uma transposição injustificada da demonstração. Segundo Dumas¹⁰, na *persuasão*, o indivíduo “se contenta com razões afetivas e pessoais” sendo a *persuasão* em geral “*sofística*”. Mas ele não especifica em que essa prova afetiva se diferiria tecnicamente de uma prova objetiva. (PERELMAN, 2005, p. 30)

pura. Com isso não queremos dizer que existem termos que são de propriedade da lógica, mas sim que pessoas usam má fé para deturpar conceitos em prol de teorias que não possuem outro objetivo senão agregar seguidores.

⁸ R.D.D. Whately, *Elements of Rhetoric*, parte II: *Of persuasion*, cap. 1, § 1, p. 115. Ch. L. STENVENSON, *Ethics and Language*, pp. 139-40.

⁹ ROUSSEAU, Émile, liv III, pag 203.

¹⁰ G. DUMAS, *Traité de psychologie*, t. II, p.740.

Dumas (2005) nos diz que convencer requer racionalidade e certa maneira, uma universalidade, enquanto que persuadir estaria relacionado com certas artimanhas que remontam aos sofistas. Perelman diz que, traçar uma divisão entre os dois termos é isolá-los em conjuntos de procedimentos e de faculdades onde certos elementos são considerados racionais. Por exemplo, uma pessoa convencida do perigo de mastigar muito rápido, nem por isso deixará de fazê-lo¹¹, pois, se isola o raciocínio em que se baseia a convicção, de todo um conjunto. Esquece-se por exemplo, que uma convicção pode colidir com outra, que pode afirmar algo do tipo: há ganho de tempo em comer depressa. (PERELMAN, 2005).

Perelman adota, em seu Tratado da Argumentação, princípios para explicar a diferença entre convencer e persuadir. Esses princípios foram propostos por Kant em sua *Crítica da Razão Pura*. A convicção e a persuasão são, para Kant, duas espécies de crença: (PERELMAN 2005)

Quando é válida para cada qual, ao menos na medida em que este tem razão, seu princípio é objetivamente suficiente e a crença se chama *convicção*. Se ela tem seu fundamento apenas na natureza particular do sujeito, chama-se *persuasão*. A persuasão é mera aparência, porque o princípio do juízo que está unicamente no sujeito é tido por *objetivo*. Assim, um juízo desse gênero só tem um valor individual e a crença não pode comunicar-se... Logo, a persuasão não pode, na verdade, ser distinguida subjetivamente da convicção, se o sujeito imagina a crença apenas como um simples fenômeno de seu próprio espírito; mas a experiência que se faz no entendimento do outro, dos princípios que são válidos para nós, a fim de ver se eles produzem sobre uma razão alheia o mesmo efeito que sobre a nossa, é um meio que, mesmo sendo somente subjetivo, serve para não produzir a convicção, mas para descobrir o valor particular do juízo, ou seja, o que nele é apenas simples persuasão, se me dou bem com ela, mas não posso, nem devo fazer vale-la fora de mim. (KANT, 1927, p. 9 apud PERELMAN, 2005 p. 31-32).

A concepção kantiana não parece resolver o problema, embora nos tenha dado um critério de distinção, qual seja, a oposição subjetivo-objetivo. Se a *convicção* é fundamentada na verdade de seu próprio objeto, e por isso, válida para qualquer ser racional, apenas ela pode ser provada, pois a persuasão tem um alcance unicamente individual. Kant, desse modo admite somente a prova puramente lógica, excluindo a argumentação pragmática. Quando admitimos qualquer meio de prova, além da prova necessária, a persuasão tem um alcance que supera a crença puramente subjetiva. (PERELMAN 2005).

Se chamarmos *persuasiva* uma argumentação que pretende valer só para um auditório e chamarmos *convvincente* àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional, estamos, em consenso com Perelman, adotando padrões extremistas e dizendo que existem termos mais

¹¹ W. D. SCOTT, *Influencing Men in Business*, p. 32.

sublimes que outros. Chamar *convincente* uma argumentação nesses moldes implica dizer que existe uma verdade que todos os seres racionais podem e devem admitir. Chamar uma argumentação de persuasiva implica dizer que existe uma verdade para cada tipo de platéia, ou grupo, se assim podemos dizer. Isso também não parece razoável, uma vez que, quem argumenta nesse modelo encontraria uma platéia fértil para as idéias previamente aceitas e haveria demasiada passividade, característica própria do chamado gênero epidictico. Colhermos consequências indesejáveis em ambas extremidades.

Estas consequências em detrimento da distinção dos termos, em Perelman, permanecerão desta maneira. Segundo o autor, o matiz entre os termos persuadir e convencer é sempre impreciso. As diferenças entre inteligência e vontade, razão e irracionalidade, tem um limite preciso. Já a distinção dos termos convencer e persuadir nos levam a fazer diferenças entre os diversos auditórios onde se aplicam os termos em questão, e estes últimos são naturalmente sempre imprecisos. (PERELMAN 2005). É certo que a Filosofia terá predileção pelo termo *convicção*, observada as distinções conceituais extraídas em Platão e Kant e ainda pela relação que o termo *persuasão* tem com o termo *retórica*, do mesmo modo, o termo *dialética* parece relacionar-se com o termo *convicção*¹². Perelman utiliza o termo auditório e o sentido que do termo é apreendido por meio da seguinte explicação:

Como imaginaremos os auditórios aos quais é atribuído o papel normativo que permite decidir a natureza convincente de uma argumentação? Encontramos três espécies de auditório considerados privilegiados a esse respeito, tanto na prática corrente como no pensamento filosófico. O primeiro constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos por todos os homens adultos e normais, que chamaremos de auditório universal, o segundo, formado no diálogo, unicamente pelo interlocutor a quem se dirige; o terceiro, enfim, constituído pelo próprio sujeito quando ele delibera ou figura as razões de seus atos. (PERELMAN, 2005, p. 34)

1.3 Sofismas, Falácias e Paralogismos

Passamos agora a um termo menos controverso e que estará no cerne da discussão posterior. O termo *falácia*. Derivado do latim *cavillatio* a expressão foi proposta por Cícero como tradução do grego *sophisma*. Depois foi traduzida por Sêneca por *falácia*, no entanto ainda no século XVII, o termo *cavillatio* foi usado por Jungius na obra *Lógica Hamburgensis*

¹² Toda esta discussão sobre distinção de termos nos servirá mais adiante para demonstrar que por trás das distinções severas de termos pode haver uma ideologia ou tendência com fim de estabelecer uma ideia, um rótulo, uma posição dogmática.

e desapareceu nos séculos seguintes. (ABBAGNANO 2007). O termo falácia é muitas vezes igualado em significado com os termos sofisma e paralogismo, mas esses tem uma importante diferença.

Em Aristóteles os paralogismos correspondem à definição da variedade de raciocínio (*d*), qual seja, ‘falsos raciocínios, que partem de premissas peculiares, de coisas que não são nem primeiras, nem verdadeiras.’ (ARISTÓTELES, 1978, 1 101a187 p. 5). Hegenberg aponta que “os paralogismos acontecem de forma involuntária, é um erro de raciocínio que não se percebe, são justificáveis e perdoáveis.” (HEGENBERG 2005). Abbagnano diz que Aristóteles usou a definição de paralogismo para indicar um silogismo ou qualquer argumento formalmente falso. (ABBAGNANO 2007). Essas definições à primeira vista não apontam para uma singularidade do termo. A definição apontada por Abbagnano, pressupõe que ‘paralogismo’ indica um argumento formal, no entanto um paralogismo pode ser formalmente inválido e se mostrar correto¹³ na abordagem pragmática. Podemos convencionar para este trabalho que os paralogismos são raciocínios (que pode conter algum defeito normativo da língua) que não tem a intenção de enganar, são justificáveis pela sua natural ingenuidade ou pela esperança de que se encontre reciprocidade, ainda que subjetivamente.

Passamos agora aos sofismas. Esses são construídos com a intenção de induzir ao erro, (HEGENBERG 2005). Aristóteles em *Dos Argumentos Sofísticos* compara a noção de sofisma à pessoas que se revestem de adornos em contraposição à outras de beleza natural, fazendo uma analogia entre o genuíno e o falso. Compara também às coisas inanimadas, tal como o ouro, que pode apenas ter a aparência do metal mas pode ser algo amarelo que simule o ouro. Conquanto aos argumentos sofísticos o filósofo diz:

“... ao homem que possui conhecimento de uma determinada matéria cabe evitar ele próprio os vícios de raciocínio nos assuntos que conhece e ao mesmo tempo ser capaz de desmascarar aquele que lança mão de argumentos capciosos; e, dessas capacidades a primeira consiste em ser apto para dar uma razão do que se diz e a segunda em fazer com que o adversário apresente tal razão” (Aristóteles, 165a 20, 156)

Os sofistas ambicionavam a habilidade de enganar, eles de fato tinham a consciência de que aprendendo técnicas poderiam produzir argumentos capciosos e em seguida ganhar dinheiro oferecendo este serviço a quem quisesse. Aristóteles desaconselhava essa prática e ao

¹³ Um argumento correto na abordagem pragmática é um argumento aceitável.

longo da exposição do tema deixa claro que o homem não deve fazer uso técnicas para fins de representar um saber que não se tem.

As falácias se dividem então, em: paralogismos e sofismas. Os ilogismos se referem às falácias em geral, tanto aos paralogismos quanto aos sofismas. Não se trata de um tipo específico de argumento é apenas um termo para designar que algo é absurdo, incoerente, ilógico. O termo pode ser usado quando um argumento é descoberto falacioso facilmente.

Aristóteles em *Dos argumentos Sofísticos* trata dos argumentos enganadores e dos argumentos sofísticos que tem por intenção ludibriar o outro. A semelhança de um argumento falso com um genuíno pode confundir e fazer com que se acredite em algo que tem apenas a aparência. Aristóteles deixa claro que *Dos Argumentos Sofísticos* não se trata de um manual para aprender a aplicar argumentos falsos e sim para aprender a reconhece-los nos diversos tipos de discursos.

Aristóteles dividira os raciocínios sofísticos em duas grandes classes: os atinentes ao modo de expressar-se, ou, como dizem os escolásticos, in dictione, e os independentes do modo de expressar-se, ou extra dictionem. Os primeiros são seis, a saber: equivocação [ambiguidade], anfibologia, composição, divisão, acentuação, figura dictiónis. Os outros são sete: acidente, secundum quid, ignorantia elenchit, petição de princípio, non causa pro causa, consequente, interrogação múltipla (ABBAGNANO, 2007, p. 426)

Segundo Aristóteles, em *Dos argumentos Sofísticos*, a ambiguidade está presente em argumentos que contenham termos com dupla significação. O que os tornam enganosos é a característica de fazer com que os termos não pareçam ter dois ou mais significados. No exemplo citado por Aristóteles: “os que aprendem são os que sabem, pois são aqueles que conhecem as letras que aprendem as letras que são ditadas”, é possível observar a ambiguidade da palavra ‘aprender’, onde segundo o filósofo, tem dois significados. Aprender pode significar ‘compreender’ pelo uso do conhecimento e ‘adquirir conhecimento’. No exemplo, a frase é ambígua porque mistura dois significados usando em aparência, um só sentido.

A Anfibologia também é um argumento que possui ambiguidade. “O que tu afirmas existir, afirmas ser; ora, afirmas existir uma pedra, logo: afirmas que és uma pedra” (Aristóteles, 165 a 10, p. 158), neste caso, existe duplo significado do verbo *ser*. As outras variedades, quais sejam, a combinação, a divisão de palavras e acentuação e a forma de expressão, são derivações da ambiguidade e anfibologia. Não iremos nos estender a explicar todas as falácias listadas por

Aristóteles. O que é importante frisar é que desde os tempos aristotélicos, as falácias são objetos de estudo e até hoje permanecem com a mesma definição: a intenção de enganar.

As falácias continuaram sendo objeto de estudo na Era Medieval. Sim, elas sobreviveram, passaram pelos caminhos sombrios da Idade Média e foram definidas por Pedro Hispano: “falácia é a idoneidade fazendo crer que é aquilo que não é, mediante alguma visão fantástica, ou seja, aparência sem existência”. (HISPANO apud ABBAGNANO, 2007 p. 426) Na modernidade Locke tratou rapidamente de algumas falácias:

[...] valeria a pena uma breve reflexão acerca dos quatro tipos de argumentos que os homens, em seus raciocínios com outrem, ordinariamente utilizam para serem bem sucedidos em seus assentimentos, ou ao menos aterrorizarem a ponto de silenciarem o seu oponente. Primeiro ad verecundiam [...] segundo ad ignorantiam [...]terceiro ad hominem [...]quarto ad judicium [...] (LOCKE, 1978, IV, 17, 21 p. 334-335)

Mas foi na contemporaneidade que apareceram incontáveis tipos de falácia que se uniram às antigas e deram origem aos famosos guias de falácias, facilmente encontrados na internet, em livros de lógica, manuais de argumentação, manual de persuasão para comerciantes etc. Segundo Copi “a maioria dos compêndios de lógica contém uma parte específica ao estudos de falácias”. (COPI, 1978 p. 73). De fato, é o que acontece. Os livros de introdução à lógica de uma forma geral, apresentam uma lista de falácias formais e também de falácias informais. Isso pode levar a quem tem contato apenas com esses livros, pensar que é comum essa homogeneidade. Como sabemos, não há uma lista considerada universal sobre a divisão de falácias. De Morgan, um dos primeiros filósofos modernos disse acertadamente “não há coisa alguma que possa ter o nome de uma classificação do modo como os homens chegam a um erro; e é muito duvidoso que possa haver alguma”. (MORGAN, apud COPI, 1978, p. 73). A maneira mais universal de classificar as falácias é dividi-las em *formais* e *informais*.

1.4 Falácias Formais e Falácias Informais

A Lógica Formal faz uso de termos como validade, invalidade, verdade e falsidade. Uma falácia formal é um argumento inválido. “Em geral falácias formais pecam contra alguma regra que orienta o emprego de operadores lógicos e seus elementos.” (GOMES, p. 14). Podemos citar algumas falácias formais:

- Falácia da afirmação do consequente.

Se chove, então a rua está molhada.

Ora, a rua está molhada.

Logo, chove.

Note que, temos um silogismo do tipo condicional. Condicionais são silogismos compostos, onde uma premissa é a oração condicional e a outra afirma ou nega o antecedente ou o consequente da primeira. O silogismo acima é do tipo *modus ponens*. A regra deste silogismo diz que: dada uma premissa condicional e afirmando o seu antecedente, afirmasse-lhe também o consequente. A forma correta de um *modus ponens* é a seguinte: (GOMES, p. 48).

Se p, então q.

Ora, p.

Logo, q.

Na lógica formal as variáveis ‘p’ e ‘q’, podem assumir quaisquer termos que o validade do argumento será mantido. Segundo Frege, o valor de verdade está relacionado com o referente. Usamos exemplos de termos intuitivos para aproximar o entendimento. Vejamos um caso ilustrativo.

Chove.

Ora, não chove.

Logo, a lua é feita de queijo

O caso acima é um argumento válido. Segundo o princípio *ex falso quodlibet*,¹⁴ de uma contradição qualquer coisa se segue. Na Lógica Clássica, quando temos ϕ e $\neg\phi$, podemos inferir qualquer coisa como no exemplo acima. Essa regra nos permite concluir, a partir do exemplo acima, que não podemos confiar na intuição em relação à lógica formal, pois as proposições e regras que a compõem pertencem naturalmente ao campo da linguagem. Quando trazemos uma proposição do ‘mundo da linguagem’ para a realidade dos objetos, temos outro sentido de ‘valor de verdade.’ Quando colocamos a palavra ‘chove’ numa estrutura lógica, estamos exemplificando algo para que possa ser compreendido, observado o nível de abstração dessas

¹⁴ Do falso tudo se segue.

estruturas. Temos a noção mais nítida dessa dificuldade quando tentamos explicar intuitivamente os valores de verdade de um condicional material, por exemplo.

Outros exemplos de falácias formais acontecem quando ferimos as regras do silogismo. Daremos um exemplo do *quartenário terminorum*. Essa falácia ocorre quando em um silogismo temos mais de três termos. No caso a seguir, aparentemente temos três termos, mas o sentido de um deles é ambíguo.

Toda manga é saborosa.

Ora, manga é uma parte do vestuário.

Logo, uma parte do vestuário é saborosa.¹⁵

O termo ‘manga’ no exemplo é ambíguo, pois na primeira premissa refere-se à fruta e na segunda premissa à uma parte de uma camisa ou similar, logo não é considerado um argumento válido.

Um silogismo categórico é um argumento tal que: é composto por três proposições categóricas das quais a última é a conclusão e as outras são as premissas; tem três termos que expressam três conceitos e tem uma conclusão que associe entre si dois daqueles conceitos se, e somente se, as premissas os associarem a um terceiro, ou ter conclusão que dissocie entre si dois daqueles conceitos se, e somente se, uma das premissas associar um deles a um terceiro e a outra dissociar o conceito restante daquele mesmo terceiro. (GOMES, p. 103). Vale dizer ainda que o silogismo não é considerado ‘válido’ com base nos termos usados e sim de acordo como os termos são articulados com as expressões lógicas.

Não nos estenderemos nos exemplos de falácias formais, acreditamos que os princípios necessários já foram apresentados, com o intuito de frisar a diferença entre ‘linguagem’ e ‘mundo’, se assim podemos dissociar.

Passamos agora às falácias informais. Quando o caráter enganador das falácias repousam sobre outros fatores, que não os operadores lógicos e suas regras peculiares, temos falácias informais. (GOMES, p. 14). É comum na literatura referir-se à falácias informais utilizando termos estritamente formais, como validade, verdade e falsidade. Na lógica informal esses termos possuem outros sentidos. “Na lógica usual, trabalhamos com as noções de verdade

¹⁵ (GOMES, p. 109)

e falsidade, sendo que esta última não coincide com ideias como erro ou engano. Portanto, ao discutir falácias [informais] de alguma forma, nós estaremos à margem do campo da lógica.” (GOMES, p. 14). O problema da abordagem da lógica informal é que há uma grande confusão quanto a coincidência de termos (não de sentidos) que colocam a lógica informal na extremidade da lógica formal possibilitando que o contrário pareça também natural¹⁶. A noção de verdade na lógica informal, está associada ao *sound* ou solidez do argumento. Um argumento sólido é um argumento forte, com grandes chances de ser aceito. Note que, essa definição de solidez é um tanto quanto restrita e depende de inúmeros fatores relativos, por exemplo, o contexto¹⁷. A lógica informal apresenta de forma geral, algumas regras informais que ‘garantem’ o sucesso do diálogo. Vejamos o que Walton (2012) diz sobre as falácias informais:

Os argumentos que são chamados de falácias informais em textos de lógica descendem historicamente do que Aristóteles chamava de *sophistici elenchi*, que significa refutações sofísticas. Uma refutação sofística é uma refutação que parece ser plausivelmente correta mais não é. O termo “sofístico” se refere a uma ilusão ou artifício que esconde uma incorreção lógica. O uso do termo *sophistici elenchi* e de seus descendentes, “falácias”, gerou a ideia equivocada de que qualquer argumento que se encaixa na categoria tradicional de “falácia” é inerentemente ruim ou sem valor. Assim pelos padrões da lógica, tais argumentos teriam que ser completamente refutados em qualquer instância. (WALTON 2012)

As falácias informais descendem das refutações sofísticas e não se confundem com os argumentos *demonstrativos*. Como ressaltou Aristóteles “O assunto dos argumentos demonstrativos foi discutido nas *Analíticas*, enquanto o dos argumentos dialéticos e críticos foi tratado noutra parte [*Tópicos*]; agora passaremos a falar dos argumentos que se usam nas competições e debates [*Dos argumentos Sofísticos*].” (ARISTÓTELES, 1978, p. 156). Aristóteles, portanto, tratou em *Dos Argumentos Sofísticos*, as primeiras falácias e os pormenores de uma discussão como ele bem usou entre “aqueles que argumentam como competidores e rivais encarniçados”. Walton diz que “O termo ‘sofístico’ se refere a uma ilusão ou artifício que esconde uma incorreção lógica”, não sabemos exatamente o que ele quer dizer por ‘lógica’. Parece haver uma certa confusão do que sejam conceitos de Lógica Formal e Lógica Informal. Acredito não ser razoável misturar ambas, pois como vimos os conceitos são

¹⁶ Quine diria que a Lógica pura é o centro do sistema, enquanto que as falácias estão na periferia do sistema. A analogia é imperfeita pois a Lógica Informal não é uma extensão da lógica formal, elas partem de princípios diferentes, embora para fundamentar alguns exemplos de falácias informais são usadas fórmulas lógicas para exemplificá-las.

¹⁷ Contexto é compreendido de modo que abranja as identidades dos participantes, os parâmetros temporais e espaciais do acontecimento discursivo, as crenças, o conhecimento e as interações dos participantes do acontecimento discursivo e, sem dúvida, muito mais. (LEVINSON 2007). Isso parece suficiente para restringir a noção de solidez quando relativa ao contexto.

diferentes, a Lógica Informal está próxima à pragmática, quanto ao uso de argumentos, enquanto a Lógica Formal está bem distante da realidade dos fatos, como gostamos de frisar.

1.5 Pragmática

Passaremos agora ao campo da pragmática. Dizer isto quer dizer muita coisa e para tentar delimitar o termo que vamos usar nos capítulos seguintes, analisaremos algumas definições. Políbio¹⁸ introduziu o termo ‘pragmática’¹⁹, que, mesmo passando por outras significações, na contemporaneidade, parece voltar a referir-se aos fatos. Levinson (2007) nos mostra algumas definições do termo:

O uso moderno do termo **pragmática** pode ser atribuído ao filósofo Charles Morris (1938), que estava interessado em esboçar (seguindo Locke e Pierce) a forma geral de uma ciência dos signos, ou **semiótica**. Na semiótica Morris identificou três ramos de investigação distintos: a **sintática** ou **sintaxe**, que é o estudo da “relação formal dos signos entre si”, a **semântica**, o estudo das “relações dos signos com os objetos aos quais os signos são aplicáveis” [...], e a **pragmática**, o estudo da “relação dos signos com os intérpretes.”. (LEVINSON, 2007, p. 1-2).

Outro uso do termo, na filosofia analítica com influência do filósofo e lógico Carnap, foi a seguinte:

Se, numa investigação, faz-se referência explícita ao falante ou, para dizê-lo em termos mais gerais, ao usuário da linguagem, então, consignamo-la [a investigação] ao campo da pragmática ... Se abstraíssemos o usuário da linguagem e analisamos apenas as

¹⁸ Políbio nasceu na cidade de Megalópolis, no Peloponeso, Grécia, entre os anos de 203 a.C. e 201 a.C., fazendo parte da nobreza da sua cidade natal. Ingressou aí na atividade política, devotando-se à defesa da independência da Liga da Aqueia. Chegou a ser eleito hiparco (comandante de cavalaria) do exército federal da Liga, e encaminhava-se para uma brilhante carreira política que foi subitamente interrompida. Afirmava que história deveria ser uma disciplina **pragmática** tratando exclusivamente de assuntos políticos e militares, em contraposição a outras narrativas, como as genealogias e as histórias mitológicas. Que o historiador não deve procurar emocionar o leitor, como faz o autor de tragédias, mas simplesmente relatar os fatos como eles ocorreram, sem comentar suas possíveis consequências, de modo a manter a objetividade histórica.

¹⁹ Esse adjetivo foi usado pela primeira vez por Políbio, para quem há nítida distinção entre a história pragmática, que cuida dos *fatos* e a história que se ocupa das lendas, como aquele fala da genealogia das famílias e da fundação das cidades (IX, 1,4). Políbio acrescenta também que a história pragmática é a mais útil para ensinar como o homem deve proceder na vida social. Depois, esse adjetivo foi usado com frequência na história política, especialmente alemã, a propósito de decisões constitucionais cujo caráter deveria ser ressaltado, sendo então chamadas de “sanções IV”. Kant dizia: “Chama pragmática as sanções que não derivam propriamente direitos dos Estados considerados como leis necessárias, mas de compromisso para com o bem-estar geral. Uma história é composta pragmaticamente quando nos torna prudentes, vale dizer, quando ensina a sociedade de hoje a maneira de obter mais benefícios que a sociedade de ontem, ou pelo menos tantos benefícios quanto ela obteve. Kant chama também de pragmático, os imperativos hipotéticos da prudência que visam ao bem-estar. Ele chama de pragmático a fé fundada em juízo subjetivo da situação, como por exemplo, a do médico que não conhece bem a doença que deve tratar. Na linguagem contemporânea essa palavra voltou a ter o seu sentido inicial. Quando não se refere a pragmatismo, designa simplesmente o que é ação ou que pertence à ação.

expressões e seus *designata*, estamos no campo da semântica. E, finalmente, se abstraíssemos também os *designata* e analisamos apenas as relações entre as expressões, estamos no campo da sintaxe (lógica). (CARNAP, 1938,2 apud LEVINSON, 2007, p. 3).

Levinson (2007) nos oferece várias definições do termo ‘pragmática’, algumas delas chama atenção para o corpo do presente trabalho. Ele corrige a definição que Carnap dá para pragmática como: “as investigações linguísticas que tornam necessária a referência a aspectos do **contexto**²⁰.” (LEVINSON, 2007, p. 5). Levinson aponta a definição anterior levando em conta o problema dos indexicais, sobre o qual não nos pronunciaremos. Outra definição interessante seria essa: “a pragmática é o estudo dos princípios que explicarão porque certo conjunto de sentenças é anômalo ou não constitui enunciações possíveis”. (LEVINSON, 2007, p. 7). O autor enumera muitas definições do termo. No presente trabalho tomaremos ‘pragmática’ simplesmente como uma investigação do uso em decorrência de uma descrição linguística, abarcaremos para tanto, noções como implicatura e contexto, a qual nos aprofundaremos no capítulo 3.

Chegamos ao fim do capítulo. Um capítulo dedicado à algumas indicações de definições. Falamos dos primeiros trabalhos sobre argumentação. Apresentamos um pouco do que esses autores produziram. Apresentamos termos opostos como, dialética e retórica, convicção e persuasão, falácias e paralogismo e Lógica Formal e Lógica Informal.

O presente capítulo possui independência dos outros, trata-se de uma revisão rápida de alguns conceitos que serão abordados parcialmente nos próximos capítulos.

²⁰ Contexto é compreendido de modo que abranja as identidades dos participantes, os parâmetros temporais e espaciais do acontecimentos discursivo, as crenças, o conhecimento e as interações dos participantes do acontecimento discursivo e, sem dúvida, muito mais. (LEVINSON 2007)

CAPÍTULO 2. O Método da verdade por correspondência

Esse capítulo tem a intenção de direcionar o leitor no intuito de oferecer alguns apontamentos para o termo ‘verdade’. Para entender como se instalam os rótulos de argumentos é importante que tenhamos em mente a teoria da verdade por correspondência e o deflacionismo de Horwich como base para um esquema T1. A abordagem de Tarski é puramente semântica, não se refere aos fatos do mundo e nem se refere à argumentos; a teoria de Horwich também é semântica mas nos oferece uma importante contribuição no tangente ao termo ‘verdade’ com um sentido mais fraco e aplicável aos fatos. A noção de rótulo de argumento envolve fortemente o termo ‘verdade’, como fixação de valores referente aos fatos. Quando falamos de um argumento rotulado estamos de certa maneira comparando o que um argumento é em sua apresentação descritiva e o que ele é na realidade dos fatos. A teoria da correspondência pode nos ajudar a elucidar essa comparação para que possamos identificar argumentos rotulados. Aproveitaremos para apontar uma mal entendido na teoria tarskiana, afim de compararmos ‘verdade’ numa acepção semântica e ‘verdade’ na acepção factual. Apresentaremos também traços da teoria deflacionista de Horwich com o objetivo de apresentarmos uma noção enfraquecida de ‘verdade’ que mais tem a ver com aceitação de uma crença do que um compromisso com a ‘verdade’ enquanto propriedade substancial e semântica. Quando apresentamos a teoria de Tarski ou mesmo o esquema de Horwich estamos, nesse trabalho, fazendo uma alusão a um argumento rotulado e as suas pretensões de ‘verdade’. Temos em mente que a teoria da correspondência trata de proposições e não de argumentos. Iremos apontar como forma de resolução desse impasse, um ‘esquema T1’ que trata de um esquema de correspondência no sentido de ter como suas partes argumentos. Como temos o ‘argumento das falácias’ que é uma definição usada como argumento, pensamos que seria possível um esquema T1 com essa forma:

‘O argumento x é válido’ é verdadeiro se, e somente se, o argumento x é válido.

Sabemos que o termo ‘o argumentos das falácias’ é uma proposição e não um argumento. A forma do esquema T1, serve para argumentos que partam de uma definição. A forma de proposição seria para não ter que expressar o argumento completo no esquema T1. Note que, a segunda ocorrência do termo ‘válido’ não tem conotação semântica e sim é

relacionado ao fato, ao argumento enquanto ação e intenção no mundo. A segunda ocorrência do termo ‘válido’ tem uma significação próxima de ‘aceitação’. Esse tipo de esquema serve para uma comparação entre a forma descritiva de um argumento (partindo de definições) e o seu funcionamento no mundo.

Iremos mostrar que a teoria de Tarski é puramente semântica, enquanto que a teoria de Horwich aplica o conceito de ‘verdade’ como aceitação. Um argumento se torna rotulado quando o fato deve se adequar à descrição em um grande número de contextos previstos, o que é considerado por nós um processo artificial. Iremos ainda nesse capítulo, apresentar de forma resumida o teorema da incompletude de Gödel. Essa importante prova, complementa a noção intuitiva de que argumentos rotulados, tem pretensões universais e aspirações reducionistas. Apresentaremos esse capítulo, com esse conteúdo afim de criar no leitor uma intuição do que seja um argumento rotulado para que o conceito de um argumento rotulado possa ser melhor compreendido.

Quando uma frase é verdadeira? Em Aristóteles a verdade é aquilo que se apresenta no ambiente visual. “Dizer do que é que ele não é, ou do que não é que ele é, é falso, enquanto dizer do que é que ele é, ou do que não é que ele não é, é verdadeiro”. (ARISTÓTELES, *Metaf.* 1140b apud GOMES, p. 19). Essa frase de Aristóteles, usualmente, é considerada como estando na raiz da concepção da verdade por correspondência. Na Alta Idade Média, um autor judeu chamado Israeli, no seu *Livro das Definições*, formulou a conhecida frase: *veritas est adequatio intellectus ad rem*²¹. Modernamente, pode-se reformular tal definição da seguinte maneira: verdade é a adequação entre frase e realidade. No início da década de 1930, Alfred Tarski elaborou o conceito de verdade numa linguagem formalizada baseado nessa noção que remonta a Aristóteles. A sua Convenção T (T de *Truth*²²) formula-se da seguinte maneira: S é uma frase verdadeira se, e somente se, P for verdadeira.

$$(S \leftrightarrow P)$$

A frase ‘P’ pode ser substituída por qualquer frase da linguagem para a qual a verdade será definida e ‘S’ pode ser substituída pelo nome da frase que substitui ‘P’. Temos, então, o clássico exemplo:

‘Chove’ é verdadeira, se, e somente se, chove.

²¹ A verdade é a adequação do intelecto à coisa

²² Verdade

Com o auxílio da metalinguagem pode-se fazer a comparação entre frase e realidade. (GOMES, p. 19). A teoria de Tarski tem sido muito usada e com grande aceitação como teoria da verdade. (HAACK 2002). Uma teoria da correspondência nesse ponto da história, palco de agonia das ciências analíticas, é bastante plausível para explicar as relações entre semântica e pragmática, onde a primeira trata estritamente do significado e da atribuição de valor de verdade enquanto estrutura lógica e a segunda da aceitabilidade do conteúdo dessas proposições em um determinado contexto de fato, no mundo. Os muitos vieses pragmáticos que surgiram na contemporaneidade, em prol do uso e da plausibilidade da linguagem de domínio público, colocaram em evidência a semântica e sua relação com o conteúdo no mundo. Quando misturamos forma e conteúdo, validade e plausibilidade de argumentos, sem definirmos o que isto significa, entramos num universo onde tudo pode acontecer. Como vimos anteriormente no capítulo 1, a validade e a forma são termos relacionados à Lógica Formal. Já a plausibilidade, correção e solidez estão relacionados com a pragmática, com a Lógica Informal e com as diversas teorias de argumentação. Concordamos que forma lógica e conteúdo pragmático pertencem à conjuntos diferentes, em que a intersecção que possa vir a ocorrer é ilusória e altamente restritiva, senão pura coincidência ou mesmo convencionalidade. A teoria de Tarski, nessa perspectiva, não nos ajuda a elucidar esse pensamento, pois não trata de coisas factuais e tampouco de argumentos. Há certa confusão de que a teoria de Tarski possa referir-se a algo no mundo, mas como veremos a seguir, o próprio Tarski considera sua ‘Convenção T’ como sendo uma teoria puramente semântica. É possível que argumentos da linguagem natural se encaixem perfeitamente numa estrutura formal, e se não houvesse essa coincidência, talvez não poderíamos alcançar o grau de abstração de uma estrutura lógica. Podemos transformar qualquer conteúdo da linguagem natural em uma estrutura lógica, no entanto quando falamos de uso, esse processo não teria plausibilidade. Como sabemos, ‘verdade’ em campo semântico é algo diferente de ‘verdade’ como uso na realidade factual, no mundo. Se esse processo (em que uma parte é a descrição e a outra é a correspondência da descrição como fato no mundo) funcionar em alguma instância será apenas uma coincidência, uma comparação superficial, não uma regra geral. Um conteúdo qualquer pode por exemplo, se transformar em uma estrutura lógica *a la* Russell no entanto, perderá o seu sentido se for retirado do contexto a qual foi aplicado inicialmente. Se atribuirmos valores do tipo verdadeiro ou falso (válido ou inválido) em determinada sentença ou argumento, esse valor será semântico, ou seja está no campo linguístico longe da realidade dos fatos. No entanto, pode haver correspondência entre um argumento puramente semântico e uma coisa no mundo que ilustre esse mesmo argumento, no entanto essa é uma correspondência convencional, superficial, com instâncias particulares.

No exemplo clássico apresentado: ‘a neve é branca’ se a neve é branca, temos uma frase simples: um sujeito e uma propriedade, tudo muda quando usamos argumentos mais complexos como o no esquema chamado de T1:

“O argumento das falácias²³ é válido” é verdadeiro, se, e somente se, o ‘argumento das falácias’ é válido.

Para provar tal argumento no esquema T1²⁴ usando a teoria correspondência, precisamos fazer uma investigação complexa onde os resultados serão sempre questionáveis, pois para saber se na realidade dos fatos o ‘argumento das falácias’ é válido, teremos que recorrer e pesquisar o mundo. Em se tratando de mundo, temos relações complexas, em se tratando de argumentos no mundo, temos relações entre interlocutores que são diversas e portanto não se pode chegar a uma verdade única ou última, nas palavras de Perelman, ‘auditórios universais são sempre imprecisos’. Quando saímos do campo da linguagem, onde podemos manipular valores de verdade e estruturas perfeitas e passamos ao mundo, não podemos mais buscar unicidade visto a complexidade das relações. Mesmo no campo da linguagem, quando as relações ficam complexas, o sistema deixa de ser completo ou se é completo passa a ser inconsistente. Kurt Gödel provou o teorema da incompletude e com isso provou que é impossível que haja uma ‘teoria de tudo’ ou um conjunto que abarque tudo que há no mundo.

Frege já havia proposto em 1971, um sistema que chamou de Begriffsschrift, onde apresenta uma série de símbolos, definições, deduções e outros procedimentos que tem por objetivo reduzir a aritmética à lógica. Frege comparava a linguagem natural aos olhos de um ser humano e a Begriffsschrift ao microscópio. (GOMES, p. 3). Frege queria usar a lógica para fundamentar a aritmética com a pretensão de provar os seguintes intenciosos:

- Conceitos aritméticos são definíveis. A partir de conceitos ideográficos. Números por exemplo, devem ser definidos dessa forma. (GOMES, p. 6)
- Teses aritméticas, sejam elas axiomas ou teoremas, são demonstráveis com recursos puramente lógicos-ideográficos. (GOMES, p.6)

²³ ‘O termo O argumento das falácias’ é usado em várias passagens do trabalho para resumir a definição de falácia que é usada como argumento, qual seja: falácias são argumentos que alguém usa com intenção de ludibriar o interlocutor.

²⁴ Nesse argumento que chamamos T1, pretendemos que a primeira parte da frase seja semântica e a segunda seja pragmática na esperança de que haja de fato correspondência entre a forma descritiva do argumento (partindo de uma definição) e a ação desse argumento no mundo.

Por exemplo, se alguém toma a soma $'7+5=12'$, poderá reduzi-la à ideografia em dois passos. 1. Traduzindo $'7'$, $'+'$, $'5'$ e $'12'$ para a linguagem ideográfica, com auxílio das correspondentes definições. O resultado será uma nova fórmula \mathcal{F} , escrita ideograficamente. 2. Demonstrando a fórmula \mathcal{F} a partir de princípios fundamentais da ideografia. Isso significa que a aritmética seria uma simples extensão da lógica fregeana. (GOMES, p.7). Apresentaremos o teorema de Gödel afim de fazer uma reflexão sobre aquilo que está fora de um sistema fechado. E que é impossível que haja um sistema fechado e que seja ao mesmo tempo completo e consistente.

Para entendermos a engenhosa prova de Gödel, faz-se necessário compreender algumas propriedades como consistência, completude, corretude e decidibilidade de um sistema formal. Apresentaremos de forma resumida esses conceitos.

Um sistema consistente é um sistema sem contradições, de modo que é impossível demonstrar duas fórmulas mutuamente contraditórias, portanto, num tal sistema, jamais duas expressões bem formadas ϕ e $\neg\phi$ serão ambas teoremas, pouco importando que fórmulas sejam elas. (GOMES, p. 139). Quando há inconsistência num dado sistema lógico, esse não tem nenhuma serventia (no âmbito da Lógica Clássica).

Um sistema é correto, se, e somente se, todas as deduções que nele podem ter lugar são válidas, ou seja, num cálculo correto, se uma conclusão é formalmente derivada de certas premissas, então ela é consequência dessas premissas. Em outras palavras, se uma conclusão ψ é obtida a partir das premissas $\phi_1, \phi_2, \dots, \phi_n$, então qualquer valoração booleana que atribua valor 'V' a $\phi_1, \phi_2, \dots, \phi_n$, atribuirá valor 'V' a ψ . (GOMES, p. 139).

Um sistema dedutivo é completo se, e somente se, tudo o que se deduz for válido. Num sistema completo, se um argumento é válido, existe uma demonstração, portanto as regras de um sistema completo são suficientes para abarcar as relações da linguagem, pois sempre que se dá a relação semântica de consequência conectiva, dá-se também a relação sintática de dedutibilidade. (GOMES, p. 142).

Para dizer que um dado argumento é válido precisamos de um método preciso de decisão. A decidibilidade de um sistema dá-se de forma bivalente e em um número finito de passos. Decidimos se um argumento é válido aplicando um método que nos trará a resposta definitiva de validade.

Após apresentar esses conceitos, voltemos ao logicismo. Frege precisava de um sistema completo, correto, consistente e decidível para provar o seu projeto logicista. No entanto, ele não podia usar a Lógica Proposicional que possui todas essas propriedades. Para representar as relações da aritmética no almejado sistema, Frege teria que usar uma linguagem especial, com símbolos específicos que abarcassem as diversas representações da matemática e suas relações. Para tanto usou a noção de aridade de predicados. Por exemplo, o verbo amar requer mais do que um predicado monádico, esse é um verbo onde há dois lugares para preenchimento: ... ama (Romeu ama Julieta), em que podemos formar um predicado de aridade 2. Do mesmo modo, a frase:está entre... e(São Paulo está entre Curitiba e Rio de Janeiro), há três lugares a serem preenchidos, onde podemos formar um predicado de aridade 3. A Lógica dos Quantificadores foi usada por Frege para o ambicioso projeto do logicismo. Gödel então apresentou o seu teorema que tornou o projeto logicista inviável por conter um grave erro. (GOMES p. 149). A formulação do resultado, em termos gerais é o seguinte:

- I) Se \mathcal{S} é um sistema formal suficientemente forte para conter a aritmética elementar, então \mathcal{S} é inconsistente ou incompleto. (GOMES, p. 142). Se for inconsistente apresentará contradições, se for incompleto não será um sistema bem construído.
- II) A eventual consistência de um tal sistema formal não pode ser provada apenas com recursos daquele mesmo sistema (ela deve ser provada num sistema mais forte que \mathcal{S}). (GOMES, p.142)

Gödel construiu uma fórmula e provou que ela seria demonstrável, se e somente se, fosse falsa. Como vimos, se tal expressão é demonstrável, o sistema será inconsistente, se não for demonstrável será incompleto²⁵. (GOMES, p.146). Gödel provou que não se pode reduzir a aritmética à lógica e disso podemos inferir que também não é possível reduzir a linguagem natural à lógica, visto que esta é muito mais imprecisa e complexa do que a aritmética.

O teorema da incompletude é uma importante prova que nos permite concluir que não existe algo que possamos circundar sem que haja um observador externo. O teorema de Gödel diz que qualquer coisa em que podemos desenhar um círculo ao redor não pode ser explicada por si mesma sem se referir a algo fora do círculo – algo que iremos ter que assumir mas não podemos provar²⁶. A prova de Gödel tem impacto não somente na aritmética, mas literalmente

²⁵ Ver Ferrater Mora & Leblanc, 1965, p.192-194.

²⁶ See more at: <http://blogdo.yurivieira.com/2012/06/teorema-godel-fe-razao/#sthash.yBmQ55kd.dpuf>

a todos os ramos da ciência, lógica e conhecimento humano. Ela tem verdadeiramente implicações que abalam a Terra²⁷. Se o logicismo fregeano tivesse prosperado, várias outras teorias tinham se desenvolvido a partir da sua *Conceitografia*. É possível que surgiriam outras teorias que reduziriam a linguagem natural à lógica. Independente dessas despretenciosas previsões, e do insucesso fregeano, surgem ainda hoje, mesmo com a cabal prova de Kurt Gödel, teorias que se propõe à reduzir a linguagem natural às estruturas lógicas, teorias também absolutistas que ignoram o que há fora de seus círculos. Parece haver uma certa tendência ao reducionismo, não apenas no tangente à lógica e as linguagens naturais, mas também em alguns aspectos nas ciências sociais, e mesmo nas relações da sociedade com a política e religião, os sistemas permanecem fechados embora sejam sempre inconsistentes ou incompletos.

É interessante fazer essa comparação com os argumentos rotulados. Vejamos: temos vários exemplares falácias informais e um outro argumento geral que as abarca numa espécie de conjunto os argumentos que tem por intenção enganar, temos um conjunto aparentemente completo e consistente, no entanto a prova de Gödel nos diz que não podemos abarcar um conjunto sem que haja referência fora do conjunto, nesse caso a referência é o contexto em que cada uma dessa falácias serão postas a prova. Isso é apenas uma analogia, uma tentativa de comparação para chegarmos próximo do conceito ‘rótulos de argumentos’ e assim mostrarmos que um rótulo tem pretensão de universalidade.

Não nos propomos aqui em usar o ‘esquema T’ ou mesmo o ‘T1’ com o objetivo de provar alguma correspondência entre frases em seu estado descritivo e como ela se apresenta na realidade, pelo contrário, mostramos argumentos de que a correspondência, é aparência e ela tende a se deformar a medida que a complexidade dos argumentos aumenta. A complexidade aumenta quando usamos implicaturas²⁸ e quando estamos inseridos em uma infinidade de possíveis contextos.

A relação da Lógica com a linguagem natural é indireta e restritiva. Podemos usar estruturas lógicas para exemplificar a linguagem natural e conceder *status* de validade. Esse procedimento no entanto é sempre artificial, pois se retiramos uma determinada frase dotada de intencionalidade de um contexto na realidade, não podemos levar o contexto para o cerne do conteúdo semântico, uma vez que não teremos interlocutores ativos. Atribuir verdade (no sentido lógico) a um argumento na linguagem natural é mera coincidência, pois o sentido de

²⁷ See more at: <http://blogdo.yurivieira.com/2012/06/teorema-godel-fe-razao/#sthash.yBmQ55kd.dpuf>

²⁸ Fenômeno linguístico: dizemos mais do que queremos dizer.

‘verdade’ num argumento na realidade dos fatos é de aceitação de crenças e não uma regra determinada.

O método da verdade por correspondência de Tarski é puramente semântico. Tarski usa uma palavra que clareia o que foi dito: **adequação**. “Ele propõe como condição de adequação material que *qualquer definição aceitável de verdade deva ter como consequência* todas as instâncias do esquema (T)”: (HAACK, 2002, p. 144). Vejamos:

‘S’ é verdadeira sse P

Perceba que, ‘P’ pode ser substituído por qualquer sentença da linguagem para qual a verdade está sendo definida e ‘S’ deve ser substituído pelo nome da sentença que substitui ‘P’. (HAACK 2002). Um exemplo do ‘esquema T’ seria o clássico:

‘A neve é branca’ é verdadeira se, e somente se, a neve é branca.

O termo ‘a neve é branca’ é tomado como menção. Estamos mencionando uma frase e dizendo algo sobre ela. A definição de verdade, segundo Tarski, terá de ser relativa a uma linguagem, pois uma mesma sentença pode ser significativa em uma linguagem e falsa ou não-significativa, em outra. (HAACK 2002)

Tarski enfatiza que o sistema T não é uma definição de verdade - ainda que, apesar de sua insistência, ele tenha sido mal compreendido a esse respeito. É uma condição de adequação material: todas as suas instâncias devem ser implicadas por qualquer definição de verdade que deva ser considerada ‘materialmente adequada’. A questão do esquema T é que, se ele é aceito, ele fixa não a intensão ou significado, mas a extensão do termo ‘verdadeiro’. [...] a adequação material eliminaria certas definições de verdade, ou seja, aquelas que *não* acarretassem instâncias do esquema (T). (HAACK, 2002, p. 145).

Diante do exposto surge uma dúvida: que tipos de definições a adequação material eliminaria? Haack (2002) utiliza uma versão enfraquecida do critério para responder: não que todas as instâncias do esquema (T) sejam dedutíveis de qualquer definição aceitável de verdade, mas que a verdade de todas as instâncias do esquema (T) seja consistente com qualquer definição aceitável de verdade.

Voltemos ao exemplo: ‘a neve é branca’ se, e somente se, a neve for branca, ou, para compreendermos melhor: $S \leftrightarrow P$. Nota que, ‘S’ terá de ser dada em uma metalinguagem e ‘Q’

será a linguagem-objeto. Tarski convencionou assim, pois se falamos sem o recurso da metalinguagem corremos o sério e conhecido risco dos paradoxos²⁹.

Karl Popper interpretou a teoria de Tarski indicando o lado esquerdo da ‘Convenção T’ como se referindo à linguagem e o lado direito referindo-se aos fatos. Tarski define a verdade em termos de satisfação que é uma relação de sentenças abertas e de sequências de objetos. A analogia com a concepção de Wittgenstein é apropriada em relação a correspondência entre nomes em uma proposição e o arranjo dos objetos no mundo. Entretanto, a definição de verdade de Tarski não faz qualquer apelo a sequências específicas de objetos, pois as sentenças verdadeiras são satisfeitas por todas as sequências e as falsas, por nenhuma. (HAACK 2002).

Também é importante comentar sobre o possível caráter absolutista da teoria de Tarski. Segundo Popper é irrelevante e relativo o caráter de ‘absoluto’, pois ele parece igualar o sentido de ‘absoluto’ com ‘objetivo’ em contraste com a subjetividade. Popper acredita que a teoria da correspondência de Tarski é superior a outras: “teoria da coerência [...] confunde consistência com verdade; a teoria da evidência [...] confunde saber ser verdadeiro com verdadeiro e a teoria pragmatista [que] confunde utilidade com verdade.” (POPPER, 1960, p. 225 apud HAACK, 2002, p. 162).

Embora a teoria de Tarski pareça adequada para a nossa proposta de trabalho, conquanto a uma comparação entre descrição e fato, há uma impossibilidade colocada pelo próprio Tarski: a de que o sistema ‘T’ não pode ser aplicável à linguagem natural. De acordo com Tarski:

A própria possibilidade de um uso consistente da expressão ‘sentença verdadeira’ que esteja em harmonia com as leis da lógica e o espírito da linguagem cotidiana parece ser muito questionável e, conseqüentemente, a mesma dúvida diz respeito à possibilidade de construir uma definição correta dessa expressão ... Quem quer que deseje, apesar de todas as dificuldades, buscar a semântica da linguagem coloquial com o auxílio de métodos exatos vai ser levado primeiro a assumir a ingrata tarefa de reformar essa linguagem...É de duvidar, contudo, se a linguagem da vida diária, depois de ser ‘racionalizada’ deste modo, ainda vá representar sua naturalidade e se, ao contrário, ela não assumiria os aspectos característicos das linguagens formalizadas. (TARSKI, 1931, p. 165 e 267 apud HAACK, 2002, p. 168).

²⁹ Os paradoxos foram tratados desde a antiguidade. Eubulides (IV a. C.) apresentou o *paradoxo do mentiroso*. Nos séculos XIX surgiram antinomias sérias como o paradoxo de *Burali-Forti*, que ameaçou a teoria dos conjuntos e o *paradoxo de Russell* que afetou o cerne da lógica de Frege. Russell ofereceu uma solução para a eliminação dos paradoxos, que era hierarquizar os objetos aos quais falamos, classificando em tipos (ou níveis). Em 1925 um lógico, chamado Ramsey, chamou a atenção para os paradoxos que não estão associados somente à lógica à matemática. Na década de 30, Tarski distinguiu linguagem-objeto, metalinguagem, meta-metalinguagem e assim por diante suprimindo as antinomias semânticas.

Davidson toma a teoria de Tarski e dá outro tratamento a ela, numa tentativa de superar as dificuldades colocadas por Tarski. Davidson concorda que ‘alguma arrumação’ seja necessária antes que os métodos de Tarski possam ser aplicados a uma linguagem natural. (HAACK 2002). É importante deixar claro que o programa de Davidson se desdobra para encontrar formas lógicas para a linguagem natural e não nos propomos seguir este caminho. Não cabe a nossa discussão demonstrar os desdobramentos da teoria tarskiana com detalhe e precisão, ela nos é de grande importância como objeto de comparação a fim de dar contornos mais definidos para o que chamamos de argumentos rotulado.

Mesmo com a ‘caridosa’ posição de Popper em relação à teoria tarskiana, não parece razoável que a ‘Convenção T’ possa ser um bom método de investigação para o nosso tema. O próprio Tarski se pronunciou a respeito disso enfaticamente, como vimos acima. Horwich diria que “a teoria da correspondência nunca foi desenvolvida a ponto de satisfazer alguém. Até mesmo alguns de seus seguidores diriam que ela envolve apenas uma intuição relativamente vaga³⁰”. É plausível endossar essa perspectiva, pois de fato, fazemos um grande esforço (até o ponto de deturparmos a teoria) para que ela faça referência às coisas no mundo.

Russell e Wittgenstein, durante seus períodos de atomismo lógico, também deram definições de verdade como a correspondência de uma proposição com um fato.” (HAACK, 2002, p. 133). De acordo com Wittgenstein o mundo consiste em coisas simples, o arranjo das palavras em uma proposição atômica verdadeira refletiria o arranjo das coisas simples no mundo. A correspondência consiste, portanto, nesse isomorfismo estrutural, ou seja, na relação homogênea dos termos.

Russell reconhece as dificuldades de reduzir todas as proposições moleculares. As proposições de crença, por exemplo, sugerem uma solução alternativa com a noção de ‘escopo’ e proposições quantificadas. Outra dificuldade é em relação aos existenciais negativos: fatos tanto negativos quanto positivos, de forma que a verdade da negação de ‘p’ pode consistir em sua correspondência com o fato, de que ‘não p’, em vez da falha de ‘p’ em corresponder aos fatos. (HAACK 2002). O argumento de Russell é o seguinte: Existenciais negativos tem a forma ‘S é P’; uma frase ‘S é P’ é verdadeira se, e somente se, a referência do sujeito tem a referência expressa pelo seu predicado; logo, um referencial negativo só pode ser verdadeiro se a referência do sujeito não existir. O problema é que nenhum objeto tem a propriedade de não existir, logo existenciais negativos não podem ser verdadeiros e não há existenciais negativos

³⁰ Retirado de Notas de Aula do prof. Felipe Amaral

verdadeiros e, ainda, existenciais negativos verdadeiros não existem. A conclusão é um paradoxo. O argumento de Russell é superado por ele mesmo em 1905, em que ele exclui a primeira premissa, tal que, existenciais negativos tem a forma ‘S é P’. Assim a frase “O atual rei do Brasil não existe” passa a ser entendida como “não é o caso que exista exatamente um objeto que é rei do Brasil atualmente”, isso modificaria a forma ‘S é P’ para: $\neg \exists x (FX \wedge \forall Y (FY \rightarrow Y = x))$, essa formula lógica traduz, de acordo com Russell exatamente o que a frase quer dizer.

“A interpretação da correspondência como um isomorfismo está intimamente relacionada tanto com a teoria sobre a estrutura última do mundo quanto com o ideal de uma linguagem perfeitamente clara, teses características do atomismo lógico.” (HAACK, 2002, p. 135). A questão que se coloca é se as teorias da correspondência de Wittgenstein (1º) e Russell podem desenvolver-se longe do atomismo lógico.

Em 1950, Austin oferece uma nova versão da teoria da correspondência. A versão de Austin não se apoia nem em uma metafísica atomista, nem em uma linguagem ideal. A relação de correspondência é explicada não em termos de isomorfismo estrutural entre proposições e fatos, mas em termos de relações puramente convencionais entre as palavras e o mundo. Existem dois tipos de ‘correlação’ nessa teoria:

- 1) ‘convenções descritivas’, correlacionando palavras com tipos de situação;
 - 2) ‘convenções demonstrativas’, correlacionando palavras com situações *específicas*.
- (HAACK 2002)

Quanto a versão de Austin, penso que faz um progresso em relação à explicação de Russell sobre ‘os fatos’. A questão é difícil de se expor claramente, [inefável] mas é importante o suficiente para valer a pena tratá-la mesmo um tanto vagamente. Russell tende a falar como se a verdade de ‘p’, consistisse em sua correspondência com o fato de que ‘p’. Mas o problema com isto é que a relação entre ‘p’ e o fato de que ‘p’ é simplesmente próxima demais, que ‘p’ não poderia deixar de corresponder a esse fato. Sua forma evasiva perante aos critérios de individuação dos fatos pode indicar que ele percebeu esse incômodo. A versão de Austin, contudo, localiza a verdade do enunciado de que ‘p’ não em sua correspondência com o fato de que ‘p’, mas, antes, em serem os fatos como ‘p’ diz ou, como Austin o coloca, nas convenções demonstrativas que relacionam ‘p’ com uma situação que é do tipo com o qual as convenções descritivas o correlacionam. (HAACK, 2002, p. 136).

As diversas tentativas de salvar as versões da teoria por correspondência parecem frustradas. O problema talvez esteja não nas relações de proximidade entre a linguagem objeto e metalinguagem, ou entre descrição de uma coisa e o que uma coisa é no mundo. A dificuldade talvez esteja no cerne da distinção do que seria linguagem e do que seria fato, ou poderíamos

dizer sem prejuízo que a dificuldade é a distinção entre semântica e pragmática. Uma outra dificuldade que apontamos na teoria da verdade por correspondência é o termo ‘verdade’ usado no sentido semântico. Se convencionamos que uma parte da correspondência é o fato, não podemos usar a palavra ‘verdade’ semanticamente. Uma versão mais fraca de ‘verdade’ poderia resolver essa questão e enfraquecer o sentido semântico de ‘verdade’. Um argumento rotulado parece obedecer a um esquema T1 apresentado no capítulo 2. Quando há a correspondência entre argumentos na perspectiva do esquema T1, é provável que teremos um argumento rotulado. Um argumento no esquema T1 (que parte de uma definição) e tem pretensões de normatizar o argumento factual é um argumento rotulado.

Uma outra teoria da verdade proposta por Horwich pode ser uma boa saída para esse impasse. Horwich usa o termo ‘verdade’ num sentido mais fraco, como a aceitação de uma crença. O filósofo percebeu que o termo ‘verdadeiro’ num sentido forte é uma propriedade constituída, não-natural que tem como função ser um dispositivo de generalização. Horwich diz que usar substantivamente o predicado ‘verdade’ é fadar a teoria ao fracasso. A teoria de Horwich é em um certo sentido pragmática, pois visa o sucesso prático que é facilitado por crenças verdadeiras. Por crenças verdadeiras entende-se aquilo em que uma pessoa acredita, não sendo preciso essa crença ser considerada verdadeira ou falsa por outrem. A ‘verdade’ para Horwich está associada ao sucesso. A ‘verdade’ nessa perspectiva, tende para o sentido de ‘aceitação’. Horwich afirma que ter o conceito de verdade é estar disposto a aceitar todas as exemplificações do esquema T: ‘<p> é verdadeira se, e somente se, p’. Assim, entender a palavra ‘verdade’ seria ter este tipo de disposição: a disposição de aceitar todas as exemplificações do esquema ‘<p> é verdadeira sse p’. O significado do termo ‘verdade’ é ele próprio constituído por esta tendência de aceitação de frases da forma ‘<p> é verdadeira sse p’. Esse tipo de explicação semântica está dentro do que Horwich chama de teoria do significado como uso. A estratégia central é sustentar que o significado de uma palavra é constituído por uma propriedade que explique seu uso geral. Que propriedade seria essa? É uma “propriedade de aceitação”, uma tendência que falantes têm em aceitar (em certos tipos de ocasião) certas frases contendo a palavra. Três exemplos (dados por Horwich)³¹:

a) ‘e’ [conjunção]: tendência a aceitar ‘p e q’ se e somente se aceitamos ‘p’ e aceitamos ‘q’.

³¹ Retirado com adaptações das notas de aula do prof.º Felipe Amaral.

b) ‘vermelho’: tendência a aceitar ‘isto é vermelho’ em resposta a uma experiência visual de uma superfície vermelha.

c) ‘verdade’: tendência a aceitar ‘ $\langle p \rangle$ é verdadeira sse p ’.

De acordo com estes exemplos, fortemente ligados às ideias de inferência e decisão racional, fica fácil perceber que a aceitação (assim como outros fenômenos) poderia ser explicada sem a pressuposição de qualquer fato semântico. Aceitar uma sentença envolve algo mais do que apenas aceitar sua verdade, pois a aceitação pode estar relacionada a certas regularidades de comportamento, ao aceitar, por exemplo, a sentença “isto é vermelho” quando se está na presença de algo evidentemente vermelho. A teoria do significado como uso, assim concebida, teria a peculiaridade de explicar facilmente como surgem fatos semânticos a partir de propriedades completamente não-semânticas do significado. (CARMO 2012)

Em suma: uma palavra tem o significado que tem por ter uma propriedade de aceitação que explica seu uso na língua; a palavra significa o que significa porque é usada desta forma, de acordo com estas disposições. Podemos esticar essa noção para argumentos: um argumento é válido se, e somente se, ele é aceito. O interessante é que esse ‘válido’ é usado para os fatos. Se uma pessoa crê que em determinado argumento, essa pessoa o aceita e esse será para ela, válido. Note que, não há uma imposição de verdade.

Dizer isso não é dizer muito. Não é representar a linguagem como o modelo de um cálculo, rígido e preciso. Não é defender a linguagem “correta” contra a linguagem coloquial, ou vice-versa. Isso também não quer dizer que todas as línguas que possamos imaginar sejam igualmente boas, ou que todos os recursos de uma linguagem útil poderiam ter sido cunhados de um modo diferente. Não é dizer que as verdades necessárias são criadas por convenções: apenas que verdades necessárias, como verdades geológicas, são convencionalmente declaradas com estas palavras, ao invés de naquelas. Não é exaltar os poderes das convenções como fazem os filósofos convencionalistas, mas apenas insistir que elas estão lá. A trivialidade de que existem convenções da linguagem não é um dogma de qualquer escola filosófica, mas comanda a aprovação imediata de qualquer pessoa pensante – a menos que ela seja um filósofo. (LEWIS, 2002. p. 1 apud CARMO, 2012, p. 183)

A teoria de Horwich nos oferece uma visão mais holística do termo ‘verdade’. Ainda que essa teoria não seja puramente pragmática, ela nos traz uma importante contribuição a respeito dos rótulos de argumentos: a opção de ‘aceitação’. Um argumento é aceitável ou não, na perspectiva dos rótulos de argumentos, a partir da análise de todos os seus aspectos possíveis, de todas as premissas possíveis.

Quanto mais conhecimento adquirimos, mais aspectos podemos analisar e assim decidir aceitar ou não o argumento. E não apenas temos a opção de aceitar ou não o argumento, podemos simplesmente suspender o juízo quanto ao que não temos condições de opinar ou de escolher. Os rótulos de argumentos estão mais propícios a se instalar quando há o maniqueísmo,

a dicotomia, a escolha obrigatória entre o sim e o não, não sendo admitida uma terceira via, ou outra saída. Os rótulos de argumentos estão presentes como gostamos de frisar, nas conversações de fato, nos argumentos no mundo, nas leis instaladas psicologicamente. Não nos referimos aqui às contradições na Lógica Formal, à aplicabilidade da lógica em sistemas de informação ou mesmo aos cálculos das ciências exatas, estamos falando de argumentos que se estendem para a realidade dos fatos. Daremos um exemplo. Observe o argumento:

Brasileiros são amantes do futebol.

Futebol é um esporte que move as emoções dos brasileiros.

Todos os brasileiros tem um time do coração.

O Brasil é o país do futebol!

Este é um argumento rotulado. Porque afirmamos isso? Analisamos: É um argumento amplamente aceito, não só no Brasil como no mundo inteiro. Acho que podemos concordar com isso. Temos muitas razões e muitos indícios que nos fazem acreditar que esse argumento corresponde à realidade. É um argumento rígido. Podemos proferir esta frase em diversos contextos e na maioria deles o argumento será aceito sem recusa. O que acontece é que existem muitas premissas ocultas nesse argumento. Com algum conhecimento em outras áreas podemos desvendar essas premissas pouco a pouco. Nem todos os brasileiros são amantes do futebol, no entanto se o sujeito aceita esse argumento com a predisposição que já possui para isso, ou seja, já é um amante do futebol, a identificação do rótulo fica comprometida pela sua própria crença. Um argumento rotulado como este tem consequências negativas. O Brasil não é o país do futebol, nem o país do carnaval. As tendências culturais, econômicas e tantos outros aspectos são ignorados quando aceitamos um argumento rotulado sem investigar quais as suas premissas ocultas. E mesmo que aceitemos o argumento legitimamente ou conscientemente, podemos estar ignorando outros aspectos. Veremos casos mais ilustrativos no capítulo que segue.

CAPÍTULO 3 – Os Rótulos de Argumentos e as Falácias Informais

Este capítulo tem por intuito apresentar dois argumentos que coloquem em xeque um argumento rotulado. A proposta é apresenta-los sob a forma de meta argumentos, ou seja um argumento que critica outro. Para tanto, apresentaremos argumentos críticos a respeito das falácias informais. Uma pergunta que pode ser feita de início é: onde se encontram as referências dos dois argumentos? Quem publicou ou ‘patenteou’ tais termos como ‘dois meta-argumentos sobre o ‘argumento das falácias’? Como dissemos no início do trabalho, não nos propomos somente à exegese. Nos propomos a investigar a partir de um problema existente e assim fazer algumas descobertas ou simplesmente nos aventurar num caminho desconhecido. Buscamos amparo em filósofos que de alguma forma romperam com dogmas para seguir um caminho novo, ou mesmo filósofos que nos inspiram a nos libertar dos rótulos e das posições rígidas como Quine, Wittgenstein e Horwich. Não se trata de algo subjetivo, como diria Locke, a parte perfeita da linguagem (da comunicação) é dada pela intersubjetividade que conduz ao objetivo.

Analisaremos um caso em que é observado a ocorrência de um rótulo de argumento: o ‘argumento das falácias informais’. As falácias informais não são centrais no trabalho, o ‘argumento das falácias informais’ é apenas um estudo de caso de argumentos que consideramos rotulados. Temos como pano de fundo despertar uma reflexão sobre a linguagem como um todo. Ora, frequentemente nos deparamos com argumentos rotulados, com argumentos dogmáticos, baseados em doutrinas fundadas em pressupostos, seja na política, na religião, na ciência, nos valores impostos pela tradição, seja no modelo de determinados valores sociais ou mesmo em regras que se instalam de forma psicológica. Esses argumentos são negativos a medida que impedem a visão de outros valores, de novas ideias, de novos pensamentos. De maneira alguma estamos menosprezando tudo aquilo que foi criado até agora, muito pelo contrário, enfatizamos que é possível criar novos olhares tendo como base a tradição, mesmo que seja para refutá-la e assim é a engrenagem da filosofia. É preciso passarmos à outras engrenagens visto que as máquinas de hoje tem alguma diferença.

Existem argumentos que quando são rotulados funcionam, nos termos de Kripke, como designadores rígidos. Um designador rígido para Kripke, é algo que se refere ao mesmo objeto em todos os mundos possíveis. Kripke criticou a teoria descritivista de Frege e Russell na perspectiva da ideia de mundos possíveis. Uma descrição definida não é rígida, como queriam

os descritivistas, ela pode mudar de referente de acordo com o mundo possível em que ela se encontra. Podemos fazer essa analogia com um argumento rotulado, ou mesmo com o ‘argumento das falácias informais’. Um argumento pode mudar de contexto. Um argumento rotulado é rígido, pois rege (prevê) de certa maneira os contextos possíveis. Há algo aqui que parece sugerir convencionalidade. Uma outra maneira de enxergarmos isso é apontarmos para os ‘jogos de linguagem’ de Wittgenstein. A ideia dos jogos de linguagem “está fundada, no entendimento de que, segundo ele, aprender a linguagem significa compreender o papel que exercem nas nossas vidas as diferentes espécies de enunciados em diferentes circunstâncias”. (HINTIKKA 1994, 279). Nem mesmo o significado descritivo comum está baseado em valores de verdade. Seria ótimo enveredarmos para o caminho wittgensteiniano visto a imensa contribuição deste filósofo ao entendimento da linguagem quanto ao uso, porém, deixaremos este assunto para um próximo trabalho.

Os argumentos rotulados, como vimos, são rígidos, alguns argumentos quando permanecem por muito tempo desta maneira podem impedir algo de evoluir. Podem imprimir ‘verdade’ e transformar uma passagem evolutiva em algo absoluto e inquestionável. Sabemos que isso não é absurdo. Ocorre com frequência tanto no chamado ‘senso comum’ como no cerne de muita área do conhecimento como ocorreu com as artes, com a física e tantas outras. Podemos citar como exemplo o movimento que aconteceu em São Paulo em 1922: a semana de arte moderna. Vários artistas expuseram seus trabalhos vanguardistas que foram considerados escandalosos por parte de alguns críticos que tinham definido o que seria a ‘arte’ e conseqüentemente o que não seria arte. Críticos da época como Monteiro Lobato se pronunciaram de forma enfática quanto às obras apresentadas “são produtos do cansaço e do sadismo de todos os períodos de decadência: são frutos de fins de estação, bichados a nascedouro. Estrelas cadentes brilham um instante, as mais das vezes com a luz do escândalo, e somem-se logo na luz do esquecimento.” (LOBATO 1964 p. 60 apud SEABRA 2010 p. 154) palavras de Monteiro Lobato com relação à exposição de Anita Malfatti. Monteiro Lobato usou um rótulo de argumento. Ele argumentou que a obra de Malfatti não era arte. A sua perspectiva partiu de um conceito instalado e aceito do que é a arte. Este argumento usado por ele é um argumento rotulado, que, se tivesse tido a aceitação da grande maioria das pessoas na época teria conseqüências trágicas para a evolução da arte. Não sabemos quantas tentativas fracassadas houveram antes da Semana de Arte Moderna, que instalou um novo conceito de arte. O mesmo pode se dizer da arte contemporânea, muito criticada por que temos um argumento prevalecente de um conceito ainda moderno. Há uma tendência ao que nos parece,

de termos sempre um argumento prevalecente. Vamos submeter esse argumento de Lobato ao esquema T1:

‘O argumento de Lobato é válido’ é verdadeiro se, e somente se, o argumento de Lobato é válido.

O discurso de Monteiro Lobato partiu de uma definição do que era a arte e ele a usou como argumento para tentar impor essa crença publicamente. No esquema T1, podemos identificar o argumento de Lobato como um argumento rotulado, pois a ação que aconteceu em relação às artes abateu a definição que foi usada como argumento do que seria a arte. Do mesmo modo, vamos analisar o ‘argumento das falácias informais’ e do mesmo modo podemos analisar qualquer argumento com pretensões de se tornar um argumento forte partindo de definições. O mesmo se pode dizer da história de Galileu. Uma parte da sua retratação é suficiente para refletirmos os rótulos de argumentos na sua aceção mais cruel.

“Eu, Galileu Galilei, tendo sido trazido pessoalmente ao julgamento e ajoelhando-me diante de vós, Eminentíssimos e Reverendíssimos Cardeais, Inquisidores Gerais da Comunidade Cristã Universal contra a depravação herética... juro que sempre acreditei em cada artigo que a sagrada Igreja Católica, Apostólica de Roma, sustenta, ensina e prega. Mas porque este Sagrado Ofício ordenou-me que abandonasse completamente a falsa opinião, a qual sustenta que o Sol é o centro do mundo e imóvel, e proíbe abraçar, defender ou ensinar de qualquer modo a dita falsa doutrina... com sinceridade de coração e verdadeira fé, abjuro, maldigo e detesto os ditos erros e heresias, e em geral todos os outros erros e seitas contrárias à dita Santa Igreja; e eu juro que nunca mais no futuro direi, ou afirmarei nada, verbalmente ou por escrito, que possa levantar semelhante suspeita contra mim; mas se eu vier a conhecer qualquer herege ou qualquer suspeito de heresia, eu o denunciarei a este Santo Ofício ou ao Inquisidor Ordinário do lugar onde eu estiver. Juro, além disso, e prometo que cumprirei o observarei inteiramente todas as penitências que me foram ou sejam impostas por este Santo Ofício. Mas se por acaso eu vier a violar qualquer uma de minhas ditas promessas, juramentos e protestos (o que Deus não permita), sujeitar-me-ei a todas as penas e punições que foram decretadas e promulgadas pelos sagrados cânones e outras constituições gerais e particulares contra delinquentes assim descritos. Portanto, com a ajuda de Deus e de Seus Santos Evangelhos, que eu toco com minhas mãos, eu, abaixo assinado Galileu Galilei, abjurei, jurei, prometi e me obriguei moralmente ao que está acima citado; e, em fé do que, com minha própria mão assinei este manuscrito da minha abjuração, o qual eu recitei palavra por palavra.”³²

Um rótulo de argumento, numa perspectiva histórica-temporal pode ser comparável a um paradigma nos termos Khunianos. Um paradigma vigora por um período em determinada época, depois vai aos poucos sendo substituído por outro, podendo vigorar mais de um paradigma até que o mais forte se instale e o mais fraco seja abandonado. Assim também acontece com os rótulos de argumentos. O que determina a aceitação de determinado argumento

³² <http://caderno.josesaramago.org/54942.html>

em um período de tempo? Um argumento rotulado permanece quando não há consciência de suas premissas ocultas, dos falsos entinemas. O argumento rotulado precisa de um movimento superior à sua rigidez para ser substituído ou mesmo para ser identificado. Esse movimento se dá a partir do conhecimento holístico, que contribui para uma consciência mais desperta sobre tudo. Algumas áreas são resistentes à mudança, algumas coisas permanecem fixas mesmo que não tenham nenhuma utilidade prática nem teórica. Permanecem obsoletas por convencionalidade e não mudam porque necessitam de um processo natural de evolução que geralmente leva muito tempo, séculos e mais séculos.

Quanto mais argumentos rotulados se instalam no mundo, mais rígido fica o mundo e menos coisas são exteriorizadas. Quanto mais as pessoas aderem a determinadas doutrinas, sobretudo se forem guiadas por argumentos rotulados, menos flexibilidade haverá para ir em busca do novo. Parece que há uma obsessão por nossa parte de criar, de perseguir o novo... olhamos para isso como uma necessidade urgente, como uma espécie de libertação da consciência. A negatividade de não questionar (de não ter consciência de) é observável nas várias apresentações do que consideramos como ‘miséria humana’. Os argumentos rotulados estão diretamente ligados à doutrinação, ao dogmatismo e a rigidez. À doutrinação porque quando apresentado um argumento rotulado a um certo número de pessoas afim de persuadi-las a respeito de uma determinada ideia, está sugerido que o que se apresenta é uma verdade. Por exemplo, se dizemos que uma falácia informal é um argumento que tem por intenção enganar e apresentamos uma gama de exemplos do que sejam casos específicos de falácias informais, apresentando-as ainda sob a capa de uma estrutura analítica, estamos persuadindo via ‘definição’, porém ignorando certos atributos do argumento como o contexto de aplicabilidade do conceito. O problema de se usar uma definição como argumento é apelar para o lexicógrafo. A precisão de entendimento de uma definição se dá a partir de sua compreensão e da relação que esta tem no mundo com outros objetos já definidos, já conhecidos particularmente. Uma consequência de aceitarmos isso é endossar a tese de que a linguagem não é pública.

Um dos problemas dos rótulos de argumentos é que eles sugerem as premissas, ou os contextos ao entendimento. Assim, o conteúdo é associado de maneira pré-determinada via entinemas aparentemente inofensivos. Não conhecemos as premissas ocultas de um argumento rotulado, mas conseguimos esconder de maneira intencional determinado conteúdo que julgamos pontuais para persuadir com sucesso. Quando estamos expostos à persuasão, podemos ser enganados com maior facilidade. Quando estamos inconscientes e não conhecemos

determinada situação estamos mais suscetíveis às ideias provenientes de argumentos rotulados. Quando estamos dispostos a aderir a uma ideologia, porque não conseguimos dispor de nossas ideias particulares, (ou não conseguimos encontrar pares para nossas ideias) estamos suscetíveis a acreditar no primeiro argumento que nos seja apresentado, para talvez nos refugiar em algum grupo que tenha tangencialmente algo em comum. Quando há fragilidade no pensamento é mais fácil se deixar persuadir do que se auto convencer. Nesse contexto o auto convencimento é legítimo, estar convencido de determinado argumento e ter a consciência de todas as suas premissas, incluídos os entinemas. No entanto, não acreditamos ser possível ter certeza da intencionalidade de outrem, apenas acreditamos conscientemente, damos fé. Podemos perceber o quanto a linguagem é movediça, o quanto é útil conhecer os vários ‘jogos de linguagem’ para não sermos ludibriados, enganados, pois até mesmo a teoria das falácias, que parecia ser um bom instrumento para descobrir argumentos falsos, parece ser rotulada, pois não sugere os contextos, ignora as implicaturas, usa formas analíticas para exemplificar, utiliza definição como argumento, características que nos fazem desconfiar desse instrumento detector de falsos argumentos.

Deixamos convencionado que, quando utilizamos a expressão ‘o argumento das falácias’ estamos nos referindo à definição usada como argumento tal que, **falácias informais** são argumentos que tem por intenção ludibriar o interlocutor.

3.1 Dois meta-argumentos sobre o argumento das falácias

3.1.1. Argumento do Contexto

Usamos a definição de Levinson para o que seja o contexto: Contexto é compreendido de modo que abranja as identidades dos participantes, os parâmetros temporais e espaciais do acontecimento discursivo, as crenças, o conhecimento e as interações dos participantes do acontecimento discursivo e, sem dúvida, muito mais. (LEVINSON 2007). A ‘teoria das falácias’³³ da maneira como nos é apresentada usualmente, expõe uma gama de modelos de argumentos em sua forma descritiva. Em alguns guias de falácias e manuais de argumentação são apresentadas modelos de falácias informais como sendo ‘perigosas’. O argumento: *conhecer as falácias informais impede que sejamos enganados*, parece ele próprio falacioso. O simples aparecimento de um contexto pode acabar com qualquer perigo de falácia e não há nenhuma diferença prática entre aquele que conhece a ‘teoria das falácias’ e aquele que a desconhece. O que está em jogo é a intencionalidade, a ação envolvida no argumento e todo o contexto. Quando nos deparamos com o ‘argumento das falácias’ e fazemos essas críticas, poderia ser questionado justamente a questão da intencionalidade: Ora, uma falácia é um argumento cuja a intenção de um interlocutor é enganar o outro. A conclusão mais plausível é: o que torna um argumento uma falácia é a intencionalidade e não a forma gramatical ou lógica do argumento. O impasse parece estar na passagem descritiva para o fato. O que acontece é que para existir **de fato** uma falácia informal, deve haver um ou mais interlocutores, sendo necessário um contexto específico, isso pressupõe pessoas diferentes, relações, intenções diversas. Não existe algo como uma falácia informal sem um contexto, pois, a própria definição de falácia informal exige ao menos um interlocutor. O ‘argumento das falácias’ é um exemplar de um argumento rotulado, pois se supõe um contexto rígido e imutável. O ‘argumento das falácias’ é usado como modelo rígido e até mesmo como norma para identificar falsos argumentos, no entanto conforme o ‘argumento do contexto’ parece que há algo de errado. Quando o contexto é ignorado e o que vigora são apenas descrições do fato, o perigo dos rótulo de argumentos é iminente, não precisamos saber só sobre o perigo das falácias informais, pois o perigo está contido no argumento geral das falácias informais. Poderíamos ir mais longe e analisar: o que é ser enganado? É diferente de se sentir enganado? O que é reconhecer a

³³ Dizemos ‘teoria das falácias’ porque de fato há na maioria dos livros de lógica e também em livros específicos algo que parece ser uma teoria geral de falácias informais.

intenção do outro? É possível conhece-la? São perguntas que devem ser respondidas antes de aceitarmos argumentos como ‘o argumento das falácias’. Isso se estende proporcionalmente a outros tipos de argumentos rotulados.

Uma noção que pode ressaltar ainda mais a complexidade da linguagem nos contextos factuais é a implicatura conversacional. O termo implicatura aparece na teoria de Paul Grice. Uma consequência interessante dessa teoria é que ela oferece uma descrição de como a comunicação poderia ser conseguida na ausência de quaisquer meios convencionais para expressar a mensagem pretendida. Uma implicatura é uma informação que está implícita na mensagem ou no argumento. Implicatar significa em termos simples, dizer mais do que se quer dizer e isso parece natural. Vamos observar o exemplo³⁴:

A: Onde está Bill?

B: Há um VW amarelo na casa de Sue.

No exemplo, ‘B’ oferece mais informações do que ‘A’ pergunta. Podemos intuir que: Bill tem um carro amarelo; a casa de Sue tem garagem; Bill conhece Sue a ponto de estacionar em sua garagem; Bill está onde seu carro está etc etc. Isso é chamado de *implicatura conversacional*. Dizemos mais do que queremos dizer. O nosso interesse na teoria de Grice é que são geradas inferências que ultrapassam o conteúdo semântico das sentenças enunciadas. Essas inferências, são implicaturas, que contrastam com a implicação lógica. “As implicaturas não são inferências semânticas, mas sim inferências baseadas no conteúdo do que foi dito [...]” (LEVINSON, 2007, p. 129).

A implicatura de Grice, no tocante ao ‘dizer mais do que queremos dizer’, funciona bem quando nos comunicamos com pessoas às quais temos alguma espécie de familiaridade. Veja, se um desconhecido nos pergunta que horas são e respondemos: - já entreguei os livros, a pessoa certamente ficará perplexa. Mas, se alguém familiar, que conhece os nossos hábitos, perguntar o mesmo, certamente entenderá o que foi respondido e ainda, terá informações adicionais. Quando estamos inseridos num contexto, tudo muda, as regras serão adequadas a situação que estamos vivenciando e são mutáveis, depende de inumeros fatores . Podem existir princípios que nos foram ensinados simbolicamente, mas que são inconscientes, bons modos linguísticos

³⁴ (LEVINSON 2007)

ou ‘regras à mesa’, como se fosse pre determinado que tivéssemos certos comportamentos em certas situações.

A implicatura está presente nos diálogos informais, nas conversações triviais, na comunicação corrente. A relação das implicaturas com as falácias informais parece clara. As implicaturas nos permitem ultrapassar o conteúdo que falamos. Assim se há ocorrência numa conversação de algum modelo de um falácia, isto não será suficiente para identificarmos que há um argumento falacioso em jogo. Observemos a seguinte definição da falácia ‘Anfibolia’ intitulada como estando na ‘lista negra das falácias mais perigosas’:

A anfibolia ocorre quando as premissas utilizadas em um argumento são ambíguas devido à negligência ou a frases gramaticalmente obscuras. Por exemplo: **A crença em Deus preenche uma lacuna muito necessária.** O pretendo argumento tenta estabelecer que a crença em Deus é algo inevitável. Mas na verdade o que é que está sendo dito? Que uma lacuna seria necessária? Ou que seria necessária preenche-la? E porque a crença em outra coisa não preencheria esta lacuna? (CARNIELLI e EPSTEIN 2011, 342)

Note que, a frase “A crença em Deus preenche uma lacuna muito necessária” proferida em diferentes contextos altera o *status* de falácia da frase. Imagine a frase sendo proferida a um amigo que passa por uma perda de algum membro da família. Alguém, mesmo um estudioso das falácias, poderia dizer que a frase é uma falácia? Certamente, a frase não é expressa com coerência (que é uma norma), mas é plausível que a mensagem que está sendo passada é inteligível. De certo que religião é um assunto de ordem pessoal e isto torna ainda mais restrita a detecção de falácias com esse conteúdo. Carnielli (2011) afirma que o argumento tenta estabelecer que a crença em Deus é algo inevitável, no entanto a frase não expressa isso, nem de forma indireta, pois imaginamos que ela esteja inserida num contexto adequado. Claro que, com todas as condições favoráveis ela pode ser de fato, uma falácia. O caso é que ela não é uma falácia em todas as condições em que for proferida. E a probabilidade de a frase ser interpretada como uma falácia, ainda que não seja, é mínima em comparação ao proferimento informativo e despretensioso da frase.

A ambiguidade só se torna perigosa quando ambas as interpretações podem ser relevantes dentro de um mesmo contexto, havendo portanto uma possibilidade real de confusão. Houve um tempo em que se tratavam acaloradas discussões acerca do lugar do Conhecimento Religioso no currículo das escolas na Grã-Bretanha. A expressão “Conhecimento Religioso” era usada tanto em sentido fraco como em sentido forte. No primeiro sentido referia-se ao conhecimento das crenças religiosas e das práticas efetivamente existentes. No segundo sentido implicava também que essas próprias crenças constituíam também instancias de conhecimento, e que portanto essas práticas eram imperativas. Um perigo pelo qual muitas vezes se tomou consciência era que quem não era capaz de fazer esta distinção crucial concluía erroneamente que quaisquer considerações suficientes para justificar o ensino de Conhecimento Religioso (em sentido fraco) deveria também pelas mesmas razões, ser suficientes para justificar o

ensino de Conhecimento Religioso (em sentido forte). Isto é incorreto, pois para justificar o primeiro, ao contrário do que se sucede com o segundo, é necessário apresentar razões adequadas quer estas sejam fundamentos ou apenas motivos para sustentar que as doutrinas religiosas são realmente verdadeiras. (FLEW 1979, 59)

Poderíamos dizer que o exemplo de anfibia de Carnielli é um paralogismo, se quiséssemos rotulá-lo de alguma forma. Lembramos que um paralogismo é um argumento ingênuo, sem a intenção de enganar, como vimos no capítulo 1. Mesmo o paralogismo, se assim rotulássemos, comunica e não é tomado de forma negativa como queria Aristóteles. Dizer que um dado argumento (fora de um contexto) é uma falácia, um paralogismo ou um disparate, é uma atividade semântica. Dizer que esse mesmo argumento inserido em um contexto é uma falácia ou paralogismo é uma atividade pragmática. Veja, os rótulos de argumentos parecem partir de um estado semântico e se estende aos fatos. Tarski, como vimos, não submete a ‘Convenção T’ às linguagens naturais. Acreditamos que o motivo é simples: A linguagem natural é complexa, não se submete à ‘perfeição’ (mecânica), da linguagem em estado descritivo ou, como vimos, também não se submete às formas lógicas. Quando a linguagem natural passa a ser usada sintaticamente ou semanticamente não há nenhum compromisso com a realidade dos fatos, não há consequências de ‘verdade’ que sejam aplicáveis aos fatos. Vamos analisar outro exemplo:

“Você já parou de bater na sua mulher?”

Note que, a frase está desagregada, pode ser interpretada por quaisquer pessoa. Qualquer leitor pode tomá-la e relacioná-la com qualquer aspecto de sua vida particular. A frase apresentada é uma falácia da ‘pergunta complexa’. As respostas possíveis para uma ‘pergunta complexa’ nos levam a admitir uma afirmação esperada.

Essa pergunta é um caso problemático de pergunta complexa porque combina três elementos: 1) é uma pergunta complexa, 2) é uma pergunta capciosa, 3) é uma pergunta *sim ou não*. Quem é obrigada a responde-la se vê diante do dilema de uma escolha injusta. Se parou de bater, é porque antes costumava bater. Se não parou, é porque continua batendo. Mas não é qualquer contexto de diálogo que a pergunta é problemática ou contestável. Imagine um julgamento que o réu admite que batia na mulher. [...] Então, é enganoso chamar a ‘pergunta complexa’ de falácia... (WALTON 2012, 49-50)

Se ela for inserida num contexto certamente perderá o status de falácia. A ‘pergunta complexa’ inserida na comunicação trivial, requer um contexto próprio e particular: dois amigos se encontram após alguns anos em que um esteve preso por agredir a esposa. Um pergunta ao outro se ele ‘já parou de bater em sua mulher’, a pergunta não parece conter indícios

falaciosos, pois neste caso, o contexto inviabiliza a falácia. Concluímos que, se aplicarmos modelos de falácias em um contexto, essas podem deixar de ser falácias em virtude do contexto. E mesmo que as definições de falácia caibam na frase dita, o contexto irá provar que não se trata falácia, pois a frase dita terá cumprido o objetivo da comunicação sem prejuízo.

Podemos resumir o argumento do contexto como sendo um divisor entre o que é uma descrição de um argumento e como esse argumento se comporta quando há uma situação contextual de fato. Isso vale não só para ‘o argumento das falácias’, mas para toda descrição de um fato. O fato sempre ultrapassa qualquer descrição semântica, no entanto a descrição semântica é sempre um referência ou um ponto de partida para os fatos. Como se quiséssemos nos remeter ao um ponto comum, do que uma coisa é, numa espécie de lei geral. Um argumento rotulado é um argumento que não pressupõe contexto, ele é importado e o fato se molda à descrição. Um argumento é livre de rótulos, quando a descrição de um argumento está adequada ao fato e não o contrário. Por exemplo, um argumento só pode ser considerado falacioso se todo o contexto for favorável a isto, se o interlocutor possuir certa intuição que lhe permita conhecer a intenção enganadora do outro e essa pode estar mais aparente ou menos evidente. Parece ser muito difícil tentar descobrir qual a intenção de uma pessoa, pois se ela de fato tem a intenção de enganar não medirá esforços para alcançar esse objetivo. Veja, um modelo de uma falácia ou sua descrição não é suficiente para identificá-la no mundo. Para reconhecer um argumento falacioso é preciso ter um contexto e necessário o julgamento particular do interlocutor. O interlocutor deve possuir um conhecimento que ultrapassa o simples reconhecimento lexicográfico de alguma falácia, ele deve possuir faculdades especiais como intuição, sensibilidade, vivência, empatia para que consiga identificar a intenção do outro e mesmo possuindo essas faculdades especiais não há garantias de que ele esteja certo em seu julgamento.

3.1.2. Exemplos e ilustrações

O que é um exemplo? “Exemplo é o tipo de argumento que vai do fato à regra”. (REBOUL 1998, 181).

O exemplo confirma a regra que se pretende provar. Se o exemplo encontra imediato *feedback* no leitor [...] sua aceitação é ainda mais imediata. O exemplo pode servir, ora como ilustração, [...] ora, como efetivo meio de se comprovar regra útil ao discurso. [...] Uma ilustração representa o recurso à figuratividade, em que não se comprova uma regra específica, mas faz-se paridade entre as ideias defendidas e as figuras nelas

enunciadas. A função da ilustração é aumentar a presença dos argumentos na consciência do ouvinte. [...] A questão que se coloca a respeito do exemplo é se ele pode mesmo confirmar a regra. [...] Para que o exemplo funcione como fator de **persuasão**³⁵ eficiente, a principal recomendação é a que venha seguido de vários outros, que possam confirmar a regra. (RODRÍGUEZ 2005, 155-166)

Existe um argumento na literatura tal que, ‘falácias são argumentos que tem por objetivo enganar intencionalmente o interlocutor’. Como podemos observar na citação acima, exemplos são diferentes de ilustrações. O exemplo vai do fato à regra. Não temos um regra para cada tipo de contexto em que possa aparecer um modelo de falácia. Não podemos listar todos os contextos possíveis e criar uma regra para cada um desses acontecimentos e após criar uma regra geral que abarque todos os acontecimentos, numa espécie de conjunto. Os guias de falácias apresentam **ilustrações**. Ao nos depararmos com o conceito acima do que é uma ilustração, parece claro perceber o que acontece com as falácias informais. Como vimos no capítulo 1 a persuasão é contrária à convicção. Persuadir está ligado ao uso de embustes, enquanto convencer estaria ligado a uma espécie de consciência, ser consciente. As falácias informais apresentam ilustrações de um cenário perfeito do que seria o caso. ‘A função da ilustração é aumentar a presença dos argumentos na consciência do ouvinte’ e isso é ato persuasivo. Quanto menos temos conhecimento, mais suscetíveis estamos à acreditar em ilustrações de cunho persuasivo, ou seja acreditamos em determinado argumento e o uso das ilustrações maximiza o poder exercido de maneira persuasiva e intensa. Quanto menos consciência tivermos mais fértil estamos à persuasão e as suas consequências. Nota-se que, saber os modelos de falácias não parece uma grande arma contra maus argumentos. Mas se estivermos conscientes e céticos de verdade podemos criar nossas próprias ilustrações, baseadas naquilo que temos, que somos e assim nos autoconvencer de determinada ideia. Podemos sim considerar que haja uma falácia em algum discurso, mas não porque conhecemos um guia de falácias e todos os modelos de ‘argumentos falaciosos’, mas porque somos conscientes e adquirimos certa intuição por meio do esforço ao conhecimento e ao apego das vivências particulares que tivemos. Quando falamos de consciência, de intuição estamos falando de faculdades humanas que se desenvolvem a partir da busca pelo conhecimento que está em contraposição ao ato persuasivo, aos rótulos de argumento e por que não dizer às certezas em geral. Quando somos conscientes, podemos ter acesso a uma série de outras formas de ‘compreender’ os fatos que nos rondam e os argumentos que nos são apresentados.

³⁵ Grifo nosso.

3.1.3 argumento do apelo analítico

Vimos no capítulo 1 a diferença entre Lógica Formal e Lógica Informal. A primeira trata de argumentos válidos no campo da linguagem, a segunda de argumentos relacionados à conversação. Vimos o que pode acontecer quando tentamos usar os conceitos como ‘verdade’ e ‘validade’ fora do escopo da Lógica, trazendo para a realidade dos fatos. A Lógica Formal é um sistema de natureza abstrata com as dimensões sintática e semântica não sendo estendida aos fatos no mundo, nem a pragmática no tangente aos valores de verdade. Algumas falácias informais são apresentadas sob a forma lógica, sob a estrutura de variáveis, constantes e símbolos. Os valores de verdade são importados da estrutura lógica para a ilustração da falácia. Um exemplo: A falácia da negação do antecedente:

Esta falácia é um argumento da forma “A implica B, A é falso, portanto B é falso”. A tabela-verdade para implicação torna claro porque esta é uma falácia. [...] Aqui o problema não é que a implicação é inválida, mas é que a falsidade de A não nos permite dizer nada sobre B. “Se o Deus da Bíblia aparecesse para mim, pessoalmente, isso iria certamente provar que o cristianismo é uma verdade. Mas Deus nunca apareceu para mim, de modo que a Bíblia deve ser uma obra de ficção.” (CARNIELLI e EPSTEIN 2011, 361-362)

O exemplo nos mostra o argumento dito falacioso: ‘Se o Deus da Bíblia aparecesse para mim, pessoalmente, isso iria certamente provar que o cristianismo é uma verdade. Mas Deus nunca apareceu para mim, de modo que a Bíblia deve ser uma obra de ficção.’ Esse é um exemplo de falácia da negação do antecedente. A pergunta é: essa é uma falácia formal ou informal? Se for uma falácia formal parece ser correto que a forma: $p \rightarrow q, \neg p \vdash \neg q$ é inválida. Disso não há dúvidas. Se for uma falácia informal, perigosa para a argumentação dialética, deve passar antes pela prova do contexto. Se num dado contexto alguém profere esse argumento, não necessariamente é uma falácia, pois, podemos conscientemente inferir com ajuda da implicatura conversacional que a pessoa tem uma postura cética, que ela não acredita no cristianismo ou na bíblia porque nada se apresentou a ela, ou porque ela não teve uma prova concreta que a fizesse acreditar. Veja, essa é apenas uma interpretação possível do argumento em que ele mesmo tendo a forma de uma falácia, não é considerado falácia, pois o conteúdo informativo ultrapassa a forma semântica que foi dada para ele. O ponto que queremos chegar é que traduzir argumentos em linguagem natural para uma estrutura lógica correspondente não muda o ‘valor de verdade’ que este argumento tem nos diferentes contextos em que se apresenta. Não faz sentido traduzir uma falácia informal para uma linguagem formal, o único objetivo desse processo é transferir

o valor de verdade do universo formal para o informal com a intenção de estabelecer uma verdade factual. Sabemos que esse tipo de processo é artificial e duvidoso, mas também sabemos que esse processo é usado para rotular argumentos. Nesse ponto podemos perceber como um argumento pode ser rotulado por meio da sua tradução analítica.

O apelo à analiticidade já foi criticado por Quine e muito do que é falado no artigo “Dois Dogmas” se aplica ao nosso trabalho, como a crítica a analiticidade e ao reducionismo e o holismo confirmacional que diz que qualquer enunciado é revisável diante da experiência. Segundo Quine, até mesmo as verdades lógicas podem ser revisáveis. No entanto revisar verdades lógicas parece mais trabalhoso do que revisar ‘verdades’ que estão na periferia de um dado sistema, como as falácias informais, que são mais fáceis de serem confirmadas ou desconfirmadas na experiência. Essa tese se aplica ao nosso problema dos rótulos de argumentos e em especial ao caso que tratamos, qual seja, as falácias informais. Uma consequência dessa tese para o processo que estávamos verificando anteriormente, a tradução de uma falácia informal para uma estrutura formal, parece ficar clara. Parece mais fácil verificar uma falácia informal em linguagem natural na experiência (no contexto) do que verificar uma falácia informal em sua forma de tradução formal. Em outras palavras, parece mais fácil verificar o argumento que citamos acima (de deus, bíblia e ficção) na realidade, do que tentar verificar algo do tipo: $p \rightarrow q, \neg p \vdash \neg q$. Quando são apresentados argumentos em linguagem natural traduzidos para uma estrutura lógica correspondente, podemos esperar consequências deste tipo. É sabido que verdades lógicas tem *status* de tautologia, são sempre verdadeiras. Uma implicação de se transformar argumentos em linguagem natural para formas lógicas é dar a elas esse falso *status* de verdade lógica. A partir disto pode-se criar um modelo de um argumento, ou um argumento rotulado. Um modelo tem pretensões de universalidade. Um argumento rotulado sob a capa analítica parece ser forte no sentido de aceitabilidade. Transformar um argumento qualquer em uma verdade lógica é um embuste para criar rótulos de argumentos.

As verdades analíticas quando aplicadas no mundo são deformadas e ininteligíveis. Um condicional só é falso quando o seu antecedente é verdadeiro e seu consequente é falso. Essa definição pertence ao universo lógico, ao campo da linguagem em seu estado metafísico. Tanto é verdade, que quando tentamos explicar o condicional material com instâncias da linguagem natural temos uma enorme dificuldade para se fazer entender intuitivamente os valores de verdade. No entanto, usar a linguagem natural para exemplificar as fórmulas ajuda a alcançar o nível abstrativo dessas estruturas. As estruturas lógicas são modelos que contém elementos compatíveis com sua própria natureza, qual sejam, variáveis de objeto, constantes de objeto,

conectivos, quantificadores etc. Se fizermos a relação desses elementos semânticos (ou sintáticos) com objetos imersos na realidade dos fatos, a relação ainda será semântica, não pragmática. A relação será um exemplo, um modelo, e os exemplares são ajustáveis, flexíveis mas nunca abrangentes. Por exemplo, podemos substituir as variáveis por quaisquer palavras, à nossa escolha com o único objetivo intuitivo de entendimento. Então, $p \wedge \neg p$, será uma contradição seja qual for a nossa escolha para 'p'. Essa é uma fórmula lógica, não uma fórmula de um argumento no mundo. Podemos proferir 'chove e não chove' e isso não ser uma contradição na realidade dos fatos. Tudo depende do contexto, dos atos de fala e das implicaturas para que uma simples frase tenha grande conteúdo informativo.

As falácias informais do modo como são apresentadas, aparentam partir da Lógica Formal: aparecem em livros de lógica, contém explicações aparentemente lógicas, podem ser convertidas com algum esforço à formalização, contém apelo analítico, são escondidas sob a capa de um termo fingido (pragmática lógica) e administram regras caso a caso. O que nos parece estranho é existir essa classificação de falácias informais apresentadas como verdades analíticas, que as coloque em nível de verdade lógica, e de fato ela pode ser compreendida erroneamente desta maneira. As falácias informais são de modo geral, argumentos que parecem ter forma lógica, mas não tem. Do mesmo modo, as falácias parecem não contribuir tanto no âmbito pragmático, pois partem de regras que, aplicadas a certos tipos de contexto podem deturpar o que foi dito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando um argumento é rotulado? Quais as consequências práticas quando rotulamos um argumento? Podemos citar um exemplo na política de um país não tão distante. Vejamos. Supostamente o cenário político deste país é dividido entre direita e esquerda. Essa divisão ocorre baseada em ideologia, no sentido de refletir o pensamento, doutrina e ideias. Essa definição progride inevitavelmente, para um argumento rotulado, para o sentido crítico de ideologia, qual seja, instrumento de dominação que age por meio de persuasão de forma prescritiva, alienando a consciência humana. Nessa perspectiva, se temos nesse cenário o espectro político direito-esquerdo, parece ser razoável que os cidadãos se posicionem para algum lado de acordo com suas ideias e pensamentos, não sendo admitido o sujeito apolítico³⁶, pois esse é desconsiderado pela sociedade e pelas duas vertentes políticas, sendo caso vergonhoso de ignorância alguém adotar essa postura. Muito bem, se escolhemos nos posicionar à esquerda, é plausível dizer que aceitamos os argumentos da esquerda e o mesmo se aplica para a direita. No entanto, o argumento nos leva a concluir que temos determinada posição política é um argumento rotulado. Por exemplo, se escolhemos nos posicionar à esquerda adotamos a máxima de que o pão deve ser dividido com os menos favorecidos, do contrário, se adotarmos a direita, cada um compra seu pão de acordo com o que trabalhou para isso, em termos simples. Se é verdade que escolhemos uma posição política de acordo com nosso pensamento sobre as coisas da sociedade, parece plausível que nos auto intitulemos: ‘sou de ... (posição escolhida)’ e assim passamos a agir de acordo com a posição escolhida ou visando que as premissas de determinada posição aconteçam ou ainda, tentamos de algum modo convencer outras pessoas de que determinada posição é melhor. O problema em se posicionar à direita ou esquerda é que isso implica em aceitar todas as premissas que cada uma tem, por definição, do que seja ‘direita’ e ‘esquerda’. Não que sejamos obrigados a aceitar, mas quando nos posicionamos somos instantaneamente rotulados. Colocando as coisas dessa forma, parece à primeira vista que estamos reduzindo para concluir. Não. Sabemos que existem várias ramificações e posições diferentes dessas como os extremistas, os fascistas, os comunistas, os liberais, centristas etc. Mas parece que mesmo aumentando o escopo de posições a serem escolhidas, sempre aceitaremos as premissas de cada uma das posições, então reduzir isso para direita e esquerda é simplificar e exemplificar o que são rótulos de argumentos. Se nos auto

³⁶ Apolítico - do grego *apolitikós*, que significa inadequado para os negócios públicos.

definirmos ‘de direita’ talvez a leitura que os outros façam a partir do proferimento seja: essa pessoa é favorável à privatização, gosta de manter valores cristãos, não aprova o casamento homossexual, é contra o descriminalização das drogas, contra o aborto. Da mesma forma se o sujeito se diz de ‘esquerda’ algumas premissas são típicas como: igualdade para todos, ‘liberdade de expressão’, em favor do desarmamento da população, etc. Isso é perigoso. Nem sempre o que acreditamos está expresso em uma ou outra posição. Além disso, a escolha pode ser feita, não a partir da conclusão, e sim a partir de alguma premissa que corresponda a um pensamento não tão aceitável, como por exemplo, aqueles que adotam uma determinada posição política para justificar a homofobia e aqueles que usam o termo ‘homofobia’ com significado lexicográfico (medo de homossexuais) para impor outra postura. São as consequências dos rótulos. Da mesma maneira, tem se ouvido desde sempre que o apoliticismo é impossível. Se fosse impossível não existiriam pessoas desvinculadas de partidos políticos, por exemplo e pessoas que pagam a multa de três reais de 4 em 4 anos por não participarem de nenhuma eleição. Mais um rótulo (para não dizer hipocrisia). Esse bem mais perigoso, pois uma vez que apoliticismo é impossível e inaceitável obriga o sujeito a se posicionar e aceitar as premissas de determinada bandeira e assim o rótulo se torna mais rígido e possivelmente cada vez mais inconsciente. As consequências disto, nesse caso são visíveis: dogmatismo, intolerância, retrocesso etc. Sabemos que a maioria das pessoas se posicionam e que esse exemplo que damos somente para ilustrar rótulos de argumentos, podem gerar interpretações diversas. O intuito não é ‘acalorar’ as tão ‘interessantes’ divergências políticas acadêmicas, se é que elas existem, mas mostrar o que são rótulos de argumentos, caso não tenha ficado claro ao longo deste trabalho.

Conseguimos no capítulo 1 e 2 apontar algumas direções para compreender os rótulos de argumentos. É uma assunto com traços inefáveis e necessita de alguma intuição para a compreensão da proposta, tendo em vista a originalidade da mesma. Nos propomos a conceituar e analisar o que chamamos de ‘rótulos de argumentos’. Essas ações estiveram juntas ao longo do trabalho. A partir da aplicação ou mesmo da identificação de um argumento rotulado (‘o argumento das falácias informais’) definimos e conceituamos o termo. Houve um esforço para apresentar uma peça original, mas a exigência da forma do trabalho e o medo dos exegetas e suas lanças afiadas comprometeu o nosso processo criativo. Houve uma tentativa de fugir da banalidade que se tornou a filosofia, e fazer um trabalho original, essa sempre foi a máxima pretensão desse trabalho, não em vista da academia, mas em vista do sujeito criativo e filosófico que temos dentro de nós e que gostaríamos de expor. Apesar da aparente obviedade das

conclusões alcançadas, esse trabalho mostrou que existem argumentos que perduram mais do que deveriam, pois se tornam obsoletos e normatizam ambientes que não necessitam mais daquelas regras. Vimos que os argumentos rotulados são negativos, pois dogmatizam as posturas, impõe um argumento rígido, impedem uma atitude diferente, podam as ações da consciência livre e intoxicam nossos pensamentos, pois nos apegamos aos rótulos como se não existisse outras possibilidades. As noções de metalinguagem, de meta-argumento e de mundos possíveis nos garantem infinitas possibilidades e nos fazem perceber que os rótulos sempre vão existir. Talvez seja impossível eliminar os rótulos de argumentos visto a progressão ao infinito da crítica de argumentos, pois sempre podemos criticar um argumento, fazendo uma metacrítica e depois uma meta-meta-crítica ao infinito. No entanto se tivermos a consciência dos argumentos rotulados e de toda essa parafernália metafísica conseguiremos nos movimentar com mais liberdade. As conclusões desse trabalho não são conclusões lógicas nem necessárias são conclusões contingentes. Isso pode gerar uma grave crítica que assusta qualquer criatura que esteja presa na teia dos rótulos: o subjetivismo. Isso não é tão grave quando percebemos que as coisas do mundo (em especial a linguagem) não são tão rígidas quanto aparentam ser.

No capítulo 3, concluímos que ‘o argumento das falácias’ se mostrou ineficaz. A descrição do que é uma falácia e suas possíveis exemplificações estão no campo da linguagem. Quando tentamos aplicar essa descrição em alguma situação real, notamos que as falhas são evidentes. Essa evidência pode ser demonstrada dentro do próprio esquema ‘T’ e, se este se propusesse a resolver os problemas entre linguagem e fato, poderíamos restringir algumas situações e particularizar cada uma delas. Não é o caso. Vimos que o esquema ‘T’ de Tarski é insuficiente para dar conta da linguagem natural e suas instâncias aos fatos são ilusórias. Se o ‘o argumento das falácias’, fosse submetido a um esquema T1, que trata de uma correspondência entre um argumento em sua forma descritiva e o a sua eficácia na realidade dos fatos, teria a seguinte forma:

‘O argumento das falácias é válido’ é aceitável se, e somente se, o argumento das falácias é válido. (Acontece)

Usamos ‘aceitável’ num sentido de Horwich, como vimos no capítulo 2. Falamos de um argumento dentro de um esquema T1. Um meta argumento. A primeira vista e de acordo com o que já vimos nos capítulos anteriores, é intuitivo que a teoria da correspondência não dá conta de uma instanciação desse tipo. O que está em jogo aqui é a plausibilidade do ‘argumento das falácias’, em que situações podemos usar as definições das falácias com eficácia onde

descrição seja correspondente à realidade dos fatos. Assim como descrevemos ‘neve’ e apontamos para um objeto no mundo que corresponda à descrição de ‘neve’, gostaríamos de encontrar, na perspectiva do ‘esquema T1’ a descrição de uma falácia que tenha correspondência no mundo. Gostaríamos de encontrar a descrição de uma falácia em todos os contextos em que ela fosse proferida de acordo com os modelos propostos. Mas isso não acontece. Não acontece porque os contextos conversacionais são contingentes, nunca serão padronizados como as máquinas ou previsíveis da mesma forma que encontramos em todos os lugares as instâncias de $2+2=4$.

Quando Frege tentou reduzir a aritmética à lógica, como vimos, se deparou com a cabal prova do teorema da incompletude de Gödel. Lógicos e filósofos tentaram reduzir a linguagem natural às formas lógicas com o intuito de atribuir valor de verdade também aos fatos. É um procedimento artificial que deturpa a realidade. No caso das falácias informais o que parece ser ressaltado é o conteúdo, a forma não determina o contexto. Do mesmo modo acontece com a linguagem, o conteúdo é o primordial, pois tem o intuito de comunicar objetivamente. As formas em uma comunicação trivial não são tão importantes, quando o objetivo é apenas comunicar. Mais importante é o objetivo de se fazer entender e se isso for cumprido já é mais do que suficiente. Parece haver uma tendência atual à comunicação indireta sobretudo nos meios de comunicação modernos, como as redes sociais onde podemos acompanhar notícias e opiniões que apelam para a nossa capacidade de identificar formas indiretas de comunicação, tais como a ironia e o cometimento de informações de um modo subjetivo, que leva um determinado grupo a entender a mensagem objetivamente. Quanto mais jogos sabemos jogar³⁷ mais domínio teremos sobre os fenômenos da linguagem e sobre a comunicação em geral. Isto implica diretamente em ter mais capacidade para identificar um argumento rotulado.

Já a lógica informal, que segundo definição curiosa e desconhecida ‘não é nem tão lógica e nem tão informal’, parece obedecer à preceitos ao mesmo tempo pré-determinados e indeterminados. Pré-determinados porque alguém determinou previamente que cometemos “erros de raciocínio” quando alocamos as palavras em certa ordem e desta forma ‘logramos’ o outro, independentemente de um contexto. Indeterminado no sentido de se tornar um fenômeno linguístico em graus e sentidos diversos que não são aplicáveis a todas as situações com o mesmo nível de eficácia.

³⁷ Referência à noção de ‘jogos de linguagem’ de Wittgenstein.

O tema ‘rótulos de argumentos’ é um novo conceito que pode ser relacionado com várias teses filosóficas e, sobretudo, incorporada à novas teorias pragmáticas da linguagem com intuito de trabalhos futuros. Uma possível ligação seria com os ‘jogos de linguagem’ de Wittgenstein, pois seria interessante concatenar os rótulos de argumentos com a noção de convencionalidade da linguagem. Outro trabalho que poderia ser feito é uma abordagem dos rótulos de argumentos sob uma perspectiva quineana, no tangente a crítica à analiticidade de Quine ou mesmo em relação ao dogmatismo que os rótulos apresentam e que Quine critica fortemente. Um outro tema que poderia ser relevante seria aprofundar o esquema T1, apresentado tangencialmente no capítulo 2. O esquema T1 é uma extensão do ‘esquema T’. O ‘esquema T’ trata de proposições e termos e o esquema T1 trataria de argumentos com o objetivo de uma correspondência semântico-pragmática realizável. Enfim, o tema apresentado é um conceito novo que pode ser utilizado em vários outros trabalhos com diferentes abordagens. Onde há dogmatismo há um argumento rotulado, onde há tradicionalismo há outro argumento instalado, onde há holismo também existem rótulos, com a diferença que esses podem ser percebidos e conscientemente aceitos. Há um amplo campo de aplicação dos ‘rótulos de argumentos’.

Por fim, algumas considerações sobre a pesquisa em filosofia no Brasil. Concordamos que a pesquisa em filosofia deve ser metódica e seguir certas orientações e regras, mas ela não deve aproveitar desses artifícios para acabar com novas ideias, novas formas de fazer filosofia. O engessamento da filosofia em prol de resultados precisos e de hierarquias ultrapassadas impedem que existam trabalhos com mais originalidade. A partir de observações e de intuições é possível fazer um trabalho filosófico com alguma relevância. Como essa prática não é fomentada, os trabalhos originais que surgem, tem a aparência de um bolo mau desenformado. O filósofo é aquele que observa os fatos e as teorias com olhar desaproximado. Assim como a filosofia olha para a ciência e para a linguagem e para tantas outras áreas, ela também olha para os fatos, para o cotidiano, para a vida como ela é. A filosofia não morreu, ela vive e tem fome. O mundo é o observatório dos filósofos. A filosofia está presente na articulação dos discursos, em cada argumento, em cada palavra, e também no silêncio apático do alunado. Um rótulo de argumento pode estar instalado nesse sentido, mais próximo do que imaginamos.

BIBLIOGRAFIA

- MITOLOGIA E CIVILIZAÇÃO GREGA*. 2009.
mitologiaecivilizgrega.blogspot.com.br/2009/12/polibio.html.
- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução: Alfredo Bosi. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.
- ABNT. *NBR 10520: informações e documentações-citações em documentos-apresentação*. Rio de Janeiro, RJ, 2002.
- . *NBR 14724: informações e documentações-trabalhos acadêmicos-apresentação*. Rio de Janeiro, RJ, 2006.
- . *NBR 6023: Informação e documentação-referência-elaboração*. Rio de Janeiro, RJ, 2002.
- . *NBR 6024: informação-numeração progressiva das seções de um documento escrito-apresentação*. Rio de Janeiro, RJ, 2003.
- . *NBR 6027: informação e documentação-sumário-apresentação*. Rio de Janeiro, RJ, 2003.
- . *NBR 6028: Informação e documentação-resumo-apresentação*. Rio de Janeiro, RJ, 2003.
- ABRÃO, Bernadette Siqueira. *A História da Filosofia*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 2004.
- ARISTÓTELES. *Aristóteles (I)*. Tradução: Leonel Vallandro, & Gerd Bornhein. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1978.
- . *Arte Retórica e Arte Poética*. Tradução: Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo, SP: Ediouro, 1998.
- . *Dos Argumentos Sofísticos*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1978.
- . *Tópicos*. 2ª edição. Tradução: José Americo Motta Pessanha. São paulo: Abril Cultural, 1978.
- BRANQUINHO, João, Desidério MURCHO, e Nelson Gonçalves GOMES. *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006.

- CARMO, J. S. do. “Paul Horwich: Significado como uso.” *Pensando - Revista de Filosofia* (PUCRS) 3 (2012): 172-186.
- CARNIELLI, Walter A, e Richard L. EPSTEIN. *Pensamento Critico*. São Paulo, SP: Rideel, 2011.
- COPI, Irving M. *Introdução à Lógica*. 2ª. Tradução: Alvaro Cabral. São Paulo, SP: Mestre Jou, 1978.
- COSTA-LEITE, Alexandre. “Designação rígida, teoria causal e verdades necessárias a posteriori - contribuições de Kripke.” *Fragmentos de Cultura* 10 (2000): 1155-1166.
- FLEW, Antony. *Pensar Direito*. Tradução: João Paulo Monteiro. São Paulo, SP: Cultrix - USP, 1979.
- FOLSCHEID, Dominique, e Jean_Jacques WUNENBURGER. *Metodologia Filosófica*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2002.
- GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1996.
- GOLSTEIN, Laurence, e Andrew BRENNAN. *Lógica Conceitos-chave em filosofia*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.
- GOMES, Nelson Gonçalves. “2ª apostila de lógica: Indução, Definições e Falácias.” Brasília: UNB, s.d.
- . “3ª apostila de lógica: Falácias Informais.” Brasília: UNB, s.d.
- . “4ª apostila de lógica: Lógica Matemática.” Brasília: UNB, s.d.
- HAACK, Suzam. *Filosofia das Lógicas*. São Paulo, SP: Unesp, 2002.
- HEGEMBERG, Leonidas & Mariluze Ferreira de Andrade SILVA. *NovoDicionário de Lógica*. Rio de Janeiro, RJ: Pós Moderno, 2005.
- HINTIKKA, Merrill B. HINTIKKA: Jaakko. *Uma Investigação sobre Wittgenstein*. São Paulo: Papirus, 1994.
- KOCK, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e Linguagem*. 13ª. São Paulo: Cortez, 2011.
- LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

- LOCKE. *Ensaio Acerca do Entedimento Humano*. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1978.
- MURCHO, Desidério. *O pequeno livro do filósofo*. Ouro Preto, MG: Universidade de Ouro Preto, 2009.
- OLIVEIRA, Esther Gomes de. “A Argumentação na Antiguidade.” *Signum: Estudos da Linguagem*, N.1 de V.5 de 2002: 217.
- OLIVEIRA, Sandra Verônica Vasque Carvalho de. “O Gênero Apodictico em Cícero.” *e-escrita*, 2011: 175.
- PERELMAN, Chaïm. *Tratado da Argumentação*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.
- QUINE, Willard Van Orman. *De um Ponto de Vista Lógico*. Tradução: Antonio Ianni Segatto. São paulo, SP: Unesp, 2010.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998.
- RODRÍGUEZ, Víctor Gabriel. *Argumentação Jurídica*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.
- SEABRA, Murilo Rocha. “Porque não se deve interpretar as Investigações de Wittgenstein: Reflexões metafilosóficas contra a exegese acadêmica.” Brasília, DF: UNB, 2010.
- SILVA, Edna Lúcia da, e Estera Muszkat MENEZES. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 4ª edição. Florianópolis, SC: UFSC, 2005.
- WALTON, Douglas N. *Lógica Informal*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2012.
- WITTGENSTEIN, Ludwing. *Da Certeza*. Tradução: Maria Elisa Costa. Lisboa: edições 70, 1969.